ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Departamento Jurídico

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório n. 52/2022	**Pregão Presencial para Registro de Preços n. 52/2022**
DOTAÇÃO	
A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento do objeto desta licitação correrão por conta das dotações informadas nas Autorizações de Fornecimento ou no Contrato.	

POR FAVOR, LEIAM O EDITAL ATÉ O FINAL!

1. **PREÂMBULO**
2. **OBJETO**
3. **RESTRIÇÕES PARA PARTICIPAR DO CERTAME**
4. **REGRAIS GERAIS PARA OS ENVELOPES COM DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA**
5. **CREDENCIAMENTO**
6. **CREDENCIAMENTO DE "ME" E "EPP"**
7. **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**
8. **LICITANTE AUSENTE OU NÃO CREDENCIADO**
9. **PROCEDIMENTOS GERAIS NA SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO**
10. **PROPOSTA (ENVELOPE N. 01)**
11. **JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**
12. **HABILITAÇÃO (ENVELOPE N. 02)**
13. **HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**
14. **DISPOSIÇÕES GERAIS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
15. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**
16. **CONTRATO ADMINISTRATIVO**
17. **EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO**
18. **ALTERAÇÃO DO CONTRATO**
19. **PREÇOS**
20. **PAGAMENTO**
21. **INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL**
22. **ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DO CERTAME**
23. **RECURSOS ADMINISTRATIVOS**
24. **IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**
25. **DISPOSIÇÕES FINAIS**
26. **ANEXOS: I – TERMO DE REFERÊNCIA; II – MODELO FICHA DE APRESENTAÇÃO; III – MODELO CARTA DE CREDENCIAMENTO; IV – MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO; V – DECLARAÇÃO UNIFICADA; VI – MODELO PROPOSTA; VII – MODELO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS; VIII – MODELO CONTRATO ADMINISTRATIVO; IX – INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFIDENCIALIDADE E OUTRAS AVENÇAS.**

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC**, inscrito no CNPJ: 83.021.865/0001-61, com sede à Rua Duque de Caxias, 165, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está realizando **Processo Licitatório n. 52/2022** de conformidade com a **Lei Federal n. 8.666/1993, Lei Federal n. 10.520/2002 (Pregão), Decreto Municipal n. 305/2005 (Pregão), Lei Complementar Federal n. 123/2006 (ME EPP), Decreto Municipal n. 210/2009 (SRP) e Decreto Federal n. 7.892/2013 (SRP):**

- Modalidade: **PREGÃO**
- Forma: **PRESENCIAL**
- Sistema: **REGISTRO DE PREÇOS**
- Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO/POR LOTE**
- Entrega dos envelopes n. 01 (proposta) e n. 02 (documentos habilitação): **24/06/2022 às 09h00min**
- Sessão Pública: **24/06/2022 às 09h10min no Centro Administrativo Municipal – Rua Duque de Caxias, 165**

1.2. A íntegra do edital e suas eventuais modificações serão disponibilizadas pela Administração Municipal:

- *Site* do Município de Quilombo: www.quilombo.sc.gov.br
- Centro Administrativo Municipal – Rua Duque de Caxias, 165 –, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, fone (49) 3346-3242

2. OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, LUBRIFICANTES, DETERGENTES, LÂMPADAS, FILTROS E BATERIAS PARA MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS AUTOMOTORES DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE QUILOMBO-SC,** conforme descrição no ANEXO VI.

2.2. O Sistema Registro de Preços não obriga a compra de qualquer quantidade indicada no ANEXO VI, podendo a Administração Pública Municipal promover a aquisição de acordo com suas necessidades, conforme § 4º do art. 15 da Lei Federal n. 8.666/93[1] e art. 16 do Decreto Federal n. 7.892/2011[2].

3. RESTRIÇÕES PARA PARTICIPAR DO CERTAME

[1] Lei Federal n. 8.666/93, Art. 15, § 4º: *A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.*

[2] Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 16: *A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.*

3.1. Além do disposto no art. 9º[3] da Lei Federal n. 8.666/93, <u>não podem</u> participar do certame os licitantes que possuem fatos impeditivos e/ou que comprometam a idoneidade para participação em licitação, em especial:

a) Empresa que recebeu aplicação das penas descritas no art. 12 da Lei Federal n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), sendo as penas ainda vigentes:

> *Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009).*
>
> *I - na hipótese do art. 9°, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e **proibição de contratar com o Poder Público** ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, **direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário**, pelo prazo de dez anos;*
>
> *II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e **proibição de contratar com o Poder Público** ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, **direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio major**itário, pelo prazo de cinco anos;*
>
> *III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e **proibição de contratar com o Poder Público** ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, **direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário**, pelo prazo de três anos.*
>
> *IV - na hipótese prevista no art. 10-A, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)*

---

[3] Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:
I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.
§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.
§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.
§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

b) Empresa que recebeu as sanções descritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93, sendo as sanções ainda vigentes:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
(...)
III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

c) Empresa punida com a sanção restritiva de direito prevista no inciso V do § 8º do art. 72 da Lei Federal n. 9.605/98 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências):

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:
(...)
XI - restritiva de direitos.

*§ 8º As sanções **restritivas de direito** são:*
(...)
V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

d) Empresas concordatárias a que se referia o Decreto-lei Federal n. 7.661/45, bem como, as partícipes em recuperação judicial, extrajudicial ou com falência decretada nos termos da Lei de Falências n. 11.101/05;

e) Empresas que possuem seus proprietários tutela de mandato eletivo;

3.2. Ainda, o Pregoeiro e Equipe de Apoio **poderão** consultar os seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União – CGU (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

3.2.1. Se efetuada, a consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário.

3.2.2. Sendo a consulta positiva, o licitante será desclassificado/inabilitado do certame.

3.3. Os impedimentos, caso existentes, deverão ser declarados sob pena dos arts. 297[4] e 337-M[5] do Código Penal.

[4]Código Penal, Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:
Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

4. REGRAIS GERAIS PARA OS ENVELOPES COM DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

4.1. Os licitantes **deverão** apresentar "PROPOSTA DE PREÇOS" e "HABILITAÇÃO" em envelopes separados e indevassáveis, devidamente identificados, indicando o conteúdo dos envelopes como segue:

MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC **ENVELOPE N. 01** **PROPOSTA DE PREÇO** **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 52/2022** **PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)** **CNPJ:** **TELEFONE:** **E-MAIL:**	**MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC** **ENVELOPE N. 02** **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.52/2022** **PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)** **CNPJ:** **TELEFONE:** **E-MAIL:**

4.2. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou similar desde que recebidos no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Quilombo, até no **máximo** 10 (dez) minutos antes do horário da abertura da sessão pública (item 1.1 do edital).
4.2.1. Se os licitantes decidirem entregar o envelope no próprio dia da sua abertura, deverão comparecer com a necessária antecedência **mínima** de 10 (dez) minutos em relação ao prazo indicado no subitem 1.1 não se aceitando justificativas de atraso na entrega das propostas devido a problemas de trânsito ou de qualquer outra natureza.

4.3. Não serão aceitos documentos em papel térmico para fac-símile (fax).

4.4. Toda a documentação **deve** ser apresentada em original ou em fotocópia autenticada (por servidor da administração ou em cartório) ou publicação em órgão da imprensa oficial (art. 32 da Lei Federal n. 8.666/93).
4.4.1. Tratando-se de certidões emitidas via internet, a autenticidade das mesmas poderá ser feita, em diligência, mediante consulta junto ao órgão expedidor.
4.4.2. No caso de autenticação por servidor da administração, os interessados deverão fazê-lo, preferencialmente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

---

§ 1º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.
§ 2º - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.
§ 3º Nas mesmas penas incorre quem insere ou faz inserir: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)
I – na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório;(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)
II – na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita; (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)
III – em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)
§ 4º Nas mesmas penas incorre quem omite, nos documentos mencionados no § 3º, nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços.(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

[5] Código Penal, Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)
Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)
§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)
Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)
§ 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

4.5. Recomenda-se que a documentação esteja encadernada em espiral, com índice e páginas numeradas, rubricadas, timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

5. CREDENCIAMENTO

5.1. Previamente à abertura da sessão de habilitação e julgamento, o representante do licitante deverá apresentar-se ao Pregoeiro e Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante desta licitação, munido de **todos** os documentos abaixo relacionados, **fora dos envelopes**:

- **a)** Cópia do documento oficial de identificação com foto (por exemplo RG, CNH, CTPS) para representar a empresa licitante;
- **b)** Apresentação de procuração **ou** termo de credenciamento (ANEXO III) – o documento não é obrigatório se o credenciado é sócio administrador;
- **c)** Cópia do contrato social **ou** documento constitutivo do licitante.

5.1.1. Os referidos documentos deverão ser entregues ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, os quais serão arquivados no processo licitatório.
5.1.2. Recomenda-se que também seja apresentada a Ficha de Apresentação (ANEXO II).

5.2. Cada representante poderá representar um único licitante.

5.3. Cada licitante poderá credenciar apenas um representante.

6. DO CREDENCIAMENTO DE "ME" E "EPP"

6.1. No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, para que possa gozar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da referida Lei, o representante do licitante deverá apresentar-se ao Pregoeiro e Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante desta licitação, munido de **todos** os documentos abaixo relacionados, **fora dos envelopes**:

- **a)** Cópia do documento oficial de identificação com foto (por exemplo RG, CNH, CTPS) para representar a empresa licitante;
- **b)** Apresentação de procuração **ou** termo de credenciamento (ANEXO III) – o documento não é obrigatório se o credenciado é sócio administrador;
- **c)** Cópia do contrato social **ou** documento constitutivo do licitante.
- **d)** Declaração emitida pela empresa, assinada pelo contador responsável e pelo representante legal da mesma, **ou** Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC n. 103/2007.

6.1.1. Os referidos documentos deverão ser entregues ao Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, os quais serão arquivados no processo licitatório.
6.1.2. Recomenda-se que também seja apresentada a Ficha de Apresentação (ANEXO II).
6.1.3. Os documentos da letra "d" devem ter sido expedidos com data não superior a 90 (noventa) dias da sessão.

6.2. As Sociedades Simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, **deverão apresentar fora do envelope, no momento do credenciamento,** Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica atualizada, expedida com data não superior a 90 (noventa) dias da sessão, atestando seu

enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, acompanhada de declaração firmada pelo representante legal da empresa de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da referida lei.

6.3. A empresa que não comprovar a condição de ME ou EPP, poderá participar do processo licitatório, sem direito, entretanto, à fruição dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

6.4. Cada representante poderá representar um único licitante.

6.5. Cada licitante poderá credenciar apenas um representante.

7. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Concluído o credenciamento, **deve** o licitante presente apresentar **fora** dos envelopes, **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (ANEXO IV)**, sendo que a falta de tal declaração ensejará o não recebimento, por parte do Pregoeiro e Equipe de Apoio, dos envelopes contendo a documentação da proposta de preço e de habilitação e, portanto, a não aceitação do licitante no certame (Lei Federal n. 10.520/2002, art. 4º, VII[6]).

8. LICITANTE AUSENTE OU NÃO CREDENCIADO

8.1. A empresa que não se fizer representar deverá encaminhar, juntamente com os envelopes da habilitação e proposta de preços, mas **fora de tais envelopes, sob pena de não participar do certame**:

a) Cópia do contrato social **ou** documento constitutivo do licitante;
b) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (ANEXO IV).

8.1.1. Recomenda-se que também seja encaminhada a Ficha de Apresentação (ANEXO II).

8.2. A ME ou EPP que não se fizer representar deverá encaminhar, juntamente com os envelopes da habilitação e proposta de preços, mas **fora de tais envelopes, sob pena de não participar do certame**:

a) Cópia do contrato social **ou** documento constitutivo do licitante;
b) Declaração emitida pela empresa, assinada pelo contador responsável e pelo representante legal da mesma, **ou** Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC n. 103/2007;
c) Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica atualizada, expedida com data não superior a 90 (noventa) dias da sessão, atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da LC 123/2006, acompanhada de declaração firmada pelo representante legal da empresa de não

[6] Lei Federal n. 10.520/2002, Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:
(...)
VII - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, **apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação** e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da LC 123/2006, no caso das Sociedades Simples que não registrarem seus atos na Junta Comercial;

d) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (ANEXO IV).

8.2.1. Recomenda-se que também seja encaminhada a Ficha de Apresentação (ANEXO II).

9. PROCEDIMENTOS GERAIS NA SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

9.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste edital, será realizada sessão pública sob o comando do Pregoeiro, com a presença de sua Equipe de Apoio, previamente designados por Decreto Municipal.

9.2. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio receberão os Envelope n. 01 – "PROPOSTA" e Envelope n. 02 – "HABILITAÇÃO", conforme itens 4 a 8 deste edital.

9.3. Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio (Lei Federal n. 8.666/93, art. 43, § 2º).

9.4. É facultada ao Pregoeiro e Equipe de Apoio ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta** (Lei Federal n. 8.666/93, art. 43, § 3º).

9.5. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro **declarará o vencedor**, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a **intenção de interpor recurso**, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante.

9.5.1. A intenção de recorrer e motivos apresentadas pelo recorrente deverão ser registrados na ata da Sessão Pública.

9.5.2. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da sessão pública caracterizar-se-á como **renúncia ao direito de recorrer**.

9.6. Caso todas as propostas forem desclassificadas e/ou todos os licitantes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas no art. 48 da Lei Federal n. 8.666/93 (Lei Federal n. 8.666/93, art. 48, § 3º).

9.7. Da sessão pública será lavrada **ata circunstanciada**, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

9.7.1. A ata circunstanciada **deverá** ser assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

9.8. Caso haja necessidade de **adiamento da sessão pública**, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

10. PROPOSTA (ENVELOPE N. 01)

10.1. A licitante **deverá** apresentar no Envelope n. 01 – "PROPOSTA", fechado, em uma (01) via, conforme item 4 deste edital.

10.2. A proposta **deverá** ser feita **POR LOTE,** indicando valor unitário com duas casas após a vírgula, conforme discriminado no ANEXO VI deste edital.

10.3. Solicita-se que a proposta, quando possível, seja **entregue em meio digital (arquivo betha auto cotação),** em arquivo salvo em *pen drive* ou CD, identificados. O *pen drive* ou CD permanecerá anexado ao processo licitatório em questão.
10.3.1. Para utilização do modelo digital da proposta é necessário baixar (fazer *download*) do programa "Betha Auto Cotação", o qual está disponível no Portal do Cidadão, no *site* do Município de Quilombo (www.quilombo.sc.gov.br) – Serviços para Empresas.

10.4. O prazo de validade da proposta deverá ser no **mínimo de 60 (sessenta) dias**, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.

10.5. O preço **deverá** ser cotado em moeda nacional.

10.6. O preço ofertado **será líquido,** já incluso todos os impostos fretes, e demais encargos, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.

10.7. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.

10.8. Deverá ser indicada a marca, quando houver e outros elementos necessários à perfeita identificação do objeto licitado.

11. JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. Concluído o credenciamento dos licitantes, proceder-se-á o encaminhamento dos envelopes de propostas e documentação às mãos dos licitantes presentes, para que constatem a inviolabilidade dos mesmos.

11.2. Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos deste edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais serão devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis (Lei Federal n. 8.666/93, art. 43, IV).

11.3. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio levarão em consideração os critérios objetivos definidos neste edital, de acordo com as normas e princípios estabelecidos pela legislação vigente (Lei Federal n.

8.666/93, art. 44).
11.4. O julgamento das propostas será objetivo (Lei Federal n. 8.666/93, art. 45, *caput*).

11.5. O critério de julgamento deste pregão será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**.
11.5.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste edital e que forem superiores aos valores máximos estimados no ANEXO VI deste edital.
11.5.2. Prevalecerá o preço grafado por extenso, salvo se outro for encontrado pelo Pregoeiro e a Equipe de Apoio.
11.6. Será classificada a proposta de **MENOR PREÇO** e aquelas que apresentarem preços superiores em **até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço**.
11.6.1. Conforme permissão do § 3º do art. 43 da Lei Federal n. 8.666/93[7], em caso de erro de cálculo (soma e/ou multiplicação), o Pregoeiro e a Equipe de Apoio efetuarão as correções necessárias, prevalecendo os preços encontrados pela Administração.
11.6.2. Havendo divergência entre os preços do item e do lote, prevalecerá o preço do item, sendo corrigido o preço do lote.
11.6.3. Havendo erro de transcrição dos quantitativos dos itens na planilha do licitante para com a planilha anexa neste edital, os quantitativos serão corrigidos de acordo com a planilha anexa neste edital.
11.6.4. O preço resultante da revisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio será considerado como o PREÇO PROPOSTO PELO LICITANTE, para efeito de classificação e julgamento nesta licitação.

11.7. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
11.7.1. No caso de empate no preço, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
11.7.2. A regra estabelecida no item 11.7 também se aplica nas situações em que as empresas classificadas não estejam credenciadas para ofertar lances.

11.8. No curso da sessão pública, o Pregoeiro **convidará individualmente** as licitantes classificadas, de forma sequencial e **POR LOTE**, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e assim sucessivamente, até a proclamação do vencedor.

11.9. Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, participará da etapa de lances as propostas empatadas e a ordem sequencial para esses lances, serão definidas por meio de **sorteio**, conforme § 2º do art. 45 da Lei Federal n. 8.666/93[8].

11.10. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante na ordem decrescente dos preços, sendo **vedada a oferta de lances com vista ao empate**, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta.
11.11. O pregoeiro **poderá**:

[7] Lei Federal n. 8.666/93, art. 43, § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
[8] Lei Federal n. 8.666/93, art. 45, § 2º No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2o do art. 3o desta Lei, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

a) Definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros durante a sessão;
b) Estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;
c) Permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

11.12. A **desistência em apresentar lance verbal**, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na **exclusão do licitante** das etapas futuras de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante excluído, para efeito de ordenação das propostas.
11.12.1. A exclusão do licitante dentro do estabelecido no subitem anterior o impedirá para novos lances verbais, mas **não o excluirá do certame**, podendo inclusive em caso de inabilitação do licitante vencedor, vir a ser consultado pelo pregoeiro para negociação, desde que o segundo menor preço seja o seu e assim sucessivamente.

11.13. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

11.14. Caso não se realizem lances verbais, será **verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação**, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

11.15. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu **desinteresse em apresentar novos lances**.

11.16. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
11.16.1. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

11.17. No caso de **microempresa e empresa de pequeno porte** será adotado o seguinte procedimento de acordo com a **Lei Complementar n. 123/2006**:
11.17.1. Como **critério de desempate** será dada preferência à contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que o menor preço ofertado não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.
11.17.1.1. O empate será verificado na(s) situação(ões) em que a(s) proposta(s) apresentada(s) pela microempresa ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 5% superiores à(s) proposta(s) mais bem classificada(s), ocasião(ões) na(s) qual(is), proceder-se-á da seguinte forma:
11.17.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no **prazo de 5 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, **sob pena de preclusão**, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
11.17.2.1. Declinando do direito a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação definida no item 11.14.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

11.17.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte será realizado **sorteio** entre elas para definição da ordem de preferência à apresentação da proposta.
11.17.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos itens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora, na própria sessão pública.
11.18. Serão desclassificadas as propostas:

- **a)** Não atendam às exigências deste edital (Lei Federal n. 8.666/93, art. 48, I);
- **b)** Com valor global superior ao limite estabelecido neste edital (primeira parte do inciso I do art. 48 da Lei Federal n. 8.666/93);
- **c)** Com preços manifestamente inexequíveis (segunda parte do inciso II c/c § 1º do art. 48 da Lei Federal n. 8.666/93);
- **d)** Que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que neste edital não esteja estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração (Lei Federal n. 8.666/93, art. 44, § 3º), também se aplicando às propostas que incluam mão-de-obra estrangeira ou importações de qualquer natureza (Lei Federal n. 8.666/93, art. 44, § 4º).

11.19. Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope n. 02 – DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação.

12. HABILITAÇÃO (ENVELOPE N. 02)

12.1. A licitante **deverá** apresentar no Envelope n. 02 – "HABILITAÇÃO", fechado, em uma (01) via, conforme item 4 deste edital, sendo consideradas HABILITADAS as empresas que apresentaram a **documentação determinada expressamente na Lei Federal n. 8.666/93, devendo cada documento estar válido/vigente**:

12.1.1. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 28 da Lei Federal n. 8.666/93):

a) Cédula de identidade (de todos os sócios administradores, em especial do sócio responsável por assinar pelo licitante);
b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

NOTA 1: Caso o licitante tenha apresentado contrato social no credenciamento, o mesmo fica dispensado do referido documento no envelope de habilitação.

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.1.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (art. 29 da Lei Federal n. 8.666/93):

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 30 da Lei Federal n. 8.666/93):

a) Declaração de que (i) tomou conhecimento de todas as informações relacionadas a este edital, (ii) das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação e (iii) possui instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação (ANEXO V – DECLARAÇÃO UNIFICADA);

12.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 31 da Lei Federal n. 8.666/93):

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

NOTA 1: No caso de pessoa jurídica com sede no Estado de Santa Catarina e/ou pessoa física com domicílio no Estado de Santa Catarina, a certidão no Primeiro Grau deverá ser solicitada tanto no sistema EPROC quanto no SAJ, devendo as duas certidões ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

12.1.5. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (art. 27, V da Lei Federal n. 8.666/93 c/c Decreto Federal n. 4.358/2002):

a) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho

a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos", nos moldes do Decreto 4.358/2002 (inclusa no ANEXO V – DECLARAÇÃO UNIFICADA).

12.2. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

12.3. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, o licitante será **declarado vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto.

12.4. No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Lei Complementar Federal, art. 43, § 1º).
12.4.1. A não-regularização da documentação, no prazo do previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (Lei Complementar Federal, art. 43, § 2º).

12.5. Em caso de o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro o **inabilitará** e examinará as **ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes**, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
12.5.1. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor.

13. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

13.1. O Pregoeiro e Equipe de Apoio encaminharão o processo à autoridade competente para deliberação quanto à homologação desta licitação (Lei Federal n. 10.520/2002, art. 4º, XX c/c Lei Federal n. 8.666/93, art. 43, VI).

13.2. Em caso de interposição de recurso conforme alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 109 da Lei Federal n. 8.666/93, a autoridade competente só fará a homologação da licitação após a decisão final do recurso.

13.3. A adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor ocorrerá de acordo com a necessidade da Administração Pública.
13.3.1. O Sistema Registro de Preços não obriga a compra de qualquer quantidade indicada no ANEXO VI, podendo a Administração Pública Municipal promover a aquisição de acordo com suas

necessidades, conforme § 4º do art. 15 da Lei Federal n. 8.666/93[9] e art. 16 do Decreto Federal n. 7.892/2011[10].

14. DISPOSIÇÕES GERAIS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A Ata de Registro de Preço a ser firmada com o licitante vencedor, será formalizada de acordo com o ANEXO VII e terá **validade de 12 (doze) meses** a partir da data de sua publicação.

14.2. A Administração Municipal convocará o licitante vencedor para **assinar** a Ata de Registro de Preços, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da convocação.

14.3. Se o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, serão convocados os demais licitantes a fazê-lo, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital, ocasião em que será realizada nova sessão pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

14.4. O Sistema Registro de Preços não obriga a compra de qualquer quantidade indicada no ANEXO VI, podendo a Administração Municipal promover a aquisição de acordo com suas necessidades, conforme § 4º do art. 15 da Lei Federal n. 8.666/93[11] e art. 16 do Decreto Federal n. 7.892/2011[12].

15. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O registro do fornecedor será cancelado quando (Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 20):

- **a)** Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- **b)** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- **c)** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- **d)** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal n. 10.520/2002.

15.1.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas letras "a", "b" e "d" será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa (Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 20, parágrafo único).

---

[9] Lei Federal n. 8.666/93, Art. 15, § 4º: *A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.*

[10] Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 16: *A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.*

[11] Lei Federal n. 8.666/93, Art. 15, § 4º: *A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.*

[12] Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 16: *A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.*

15.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados (Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 21):

a) Por razão de interesse público; ou
b) A pedido do fornecedor.

16. CONTRATO ADMINISTRATIVO

16.1. O contrato administrativo regula-se pela Lei Federal n. 8.666/93 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado (Lei Federal n. 8.666/93, art. 54).

16.2. O contrato administrativo será confeccionado de acordo com a necessidade da secretaria requisitante da licitação.

16.3. Conforme art. 62 da Lei Federal n. 8.666/93, o instrumento de contrato é facultativo no caso de pregão, **podendo ser substituído, a critério da Administração e independentemente de seu valor, por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço**.

16.4. O licitante vencedor será convocado para a assinatura do termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação emitida pelo Departamento de Licitações e Contratos – DLC, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n. 8.666/93 (Lei Federal n. 8.666/93, art. 64, *caput*).

16.4.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração (Lei Federal n. 8.666/93, art. 64, § 1º).

16.4.2. No momento da assinatura do termo de contrato, ou aceite ou retirada do instrumento equivalente, a empresa deverá:

a) Regularidade fiscal e trabalhista (art. 29 da Lei Federal n. 8.666/93).

16.4.3. Se o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, poderá a Administração Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com este edital, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal n. 8.666/93 (Lei Federal n. 8.666/93, art. 64, § 2º).

16.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas (Lei Federal n. 8.666/93, art. 84, *caput*), não se aplicando aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei Federal n. 8.666/93, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço (Lei Federal n. 8.666/93, art. 84, p.ú.).

16.6. Este edital e seus anexos farão parte do contrato a ser celebrado como se nele estivessem transcritos.

16.7. O contrato poderá ser alterado de conformidade com o estabelecido na Lei Federal n. 8.666/93.

17. EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1. A entrega/execução do objeto licitado deverá ser efetivada após solicitação pelo Município de Quilombo, **na Secretaria dos Transportes e Obras do Município,** observadas as seguintes condições:

a) O contrato ou outro instrumento hábil deverá ser cumprido num prazo máximo de **até 05 (cinco) dias**, após o recebimento da Autorização de Fornecimento – AF;

b) Assegurar livre acesso aos locais dos serviços e tudo facilitar para que a fiscalização possa exercer integralmente a sua função;

c) Apresentar durante a realização dos serviços, sempre que for solicitada, regularidade fiscal com todos os tributos e taxas a eles atribuídos.

18. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

18.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos (Lei Federal n. 8.666/93, art. 65, *caput*):

a) Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a.1) Quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

a.2) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites previstos na Lei Federal n. 8.666/93.

b) Por acordo das partes:

b.1) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b.2) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b.3) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

b.4) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

18.2. O **CONTRATADO** fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos (Lei Federal n. 8.666/93, art. 65, § 1º).

18.2.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes (Lei Federal n. 8.666/93, art. 65, § 2º).

18.2.2. Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no § 1º deste artigo (Lei Federal n. 8.666/93, art. 65, § 3º).
18.2.3. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o **CONTRATADO** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados (Lei Federal n. 8.666/93, art. 65, § 4º).

18.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei Federal n. 8.666/93, art. 65, § 5º).

18.4. Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do **CONTRATADO**, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial (Lei Federal n. 8.666/93, art. 65, § 6º).

18.5. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento (Lei Federal n. 8.666/93, art. 65, § 8º).

19. PREÇOS

19.1. Não haverá atualização/revisão/reajuste dos preços, salvo o que dispõe a Lei Federal n. 8.666/1993 e demais legislação pertinente.

19.2. Em caso de atualização/revisão/reajuste dos preços, será feito com base na média da variação acumulada do IGP-M da FGV e INPC/IBGE, observado o disposto no item anterior.
19.2.1. Prevalecerá legislação específica acerca de outro índice, se aplicável à esta licitação.

20. PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado pelo **CONTRATANTE** em até 30 dias após a entrega do objeto licitado, através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, **condicionado à apresentação de**:

- **a)** Nota fiscal, de acordo com o Decreto Estadual n. 413/2011 de 03/08/2011, do Governo do Estado de Santa Catarina, devidamente recebida e aceita pelo **CONTRATANTE**;
- **b)** Certidões relativas à regularidade fiscal e trabalhista (Lei Federal n. 8.666/93, art. 29), válidas no momento do pagamento.

20.1.1. A nota fiscal será emitida pelo **CONTRATADO** constando as seguintes informações:

- **a)** Processo Licitatório n. **52/2022** – Pregão Presencial para Registro de Preços n. **52/2022**.

b) Dados bancários do **CONTRATADO**.

20.2. Sobre o valor pago ao **CONTRATADO**, a título de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN será retido da seguinte forma:

a) Para empresas optantes pelo Simples Nacional, conforme Lei Federal n. 123/2003;
b) Para empresas não optante pelo Simples Nacional, conforme Lei Municipal n. 125/2017.

21. INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

21.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento (Lei Federal n. 8.666/93, art. 77), sempre com observância ao Capítulo III, Seção V da Lei Federal n. 8.666/93.
21.1.1. A rescisão será feita mediante notificação, entregue (i) pessoalmente e/ou (ii) por via digital e/ou (iii) por via postal, com prova de recebimento.

21.2. Constituem motivo para rescisão do contrato (Lei Federal n. 8.666/93, art. 78):

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
c) A lentidão do seu cumprimento, levando o **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do **CONTRATADO**;
k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
m) A supressão, por parte do **CONTRATANTE**, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal n. 8.666/93;
n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita do **CONTRATANTE**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao

CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo **CONTRANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) A não liberação, por parte do **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.;

r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal n. 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

21.2.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (Lei Federal n.8.666/93, art. 78, p. ú.).

21.3. A rescisão do contrato poderá ser (Lei Federal n. 8.666/93, art. 79):

a) Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nas alíneas "a" a "l" e "q" do item anterior;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;

c) Judicial, nos termos da legislação.

21.3.1. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada do **CONTRATANTE** (Lei Federal n. 8.666/93, art. 79, § 1º).

21.3.2. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "l" a "q" do item anterior, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a (Lei Federal n. 8.666/93, art. 79, § 2º):

a) Devolução de garantia;

b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

c) Pagamento do custo da desmobilização.

21.3.3. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo (Lei Federal n. 8.666/93, art. 79, § 5º).

21.4. A rescisão de que trata a alínea "a" do item 21.3 acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n. 8.666/93 (Lei Federal n. 8.666/93, art. 80):

a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;

b) Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei Federal n. 8.666/93;

c) Execução da garantia contratual, para ressarcimento do **CONTRATANTE**, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

21.4.1. A aplicação das medidas previstas nas alíneas "a" e "b" deste item fica a critério do **CONTRATANTE**, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta (Lei Federal n. 8.666/93, art. 80, § 1º).
21.4.2. É permitido ao **CONTRATANTE**, no caso de concordata do **CONTRATADO**, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais (Lei Federal n. 8.666/93, art. 80, § 2º).
21.4.3. Na hipótese da alínea "b" deste item, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Secretário Municipal (Lei Federal n. 8.666/93, art. 80, § 3º).

22. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DO CERTAME

22.1. O Município de Quilombo poderá revogar a licitação por razões de interesse público ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros (Lei Federal n. 8.666/93, art. 49, *caput*).

22.2. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar (Lei Federal n. 8.666/93, art. 49, § 1º).

22.3. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato (Lei Federal n. 8.666/93, art. 49, § 2º).

22.4. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa (Lei Federal n. 8.666/93, art. 49, § 3º).

23. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

23.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos (Lei Federal n. 10.520/2002, art. 4º, XVIII).
23.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso (Lei Federal n. 10.520/2002, art. 4º, XX).

23.2. Poderá a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos (Lei Federal n. 8.666/93, art. 109, § 2º).

23.3. Conforme § 4º do art. 109 da Lei Federal n. 8.666/93, os recursos, assim como as contrarrazões, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, que deverão analisá-los no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis:

- **a)** Caso seja reconsiderada a decisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio, tão logo os recorrentes e recorridos serão intimados e o procedimento licitatório continuará;
- **b)** Caso mantida a decisão inicial, a Pregoeiro e Equipe de Apoio remeterá o procedimento ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que emitirá decisão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias

úteis contados do recebimento do recurso, com posterior intimação dos recorrentes e recorridos.

23.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (Lei Federal n. 10.520/2002, art. 4º, XIX).

23.5. É assegurado aos proponentes vista e cópia dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

23.6. As razões de recurso e as contrarrazões deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, ou enviadas para o e-mail oficial licitacoes@quilombo.sc.gov.br, nesse caso considerando-se como protocolo a data do envio do e-mail.

24. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

24.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão (Decreto Municipal n. 308/2005, art. 12, *caput*).
24.1.1. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente (Lei Federal n. 8.666/93, art. 41, § 3º).

24.2. Caberá à autoridade competente decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas (Decreto Municipal n. 308/2005, art. 12, § 1º).

24.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame (Dec. Municipal n. 308/2005, art. 12, § 2º), exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas (Lei Federal n. 8.666/93, art. 21, § 4º).

24.4. Não será admitida a impugnação do edital por **nenhuma outra forma** que não seja a entrega do referido documento em cópia física e protocolada junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Quilombo, ou enviado para o e-mail oficial licitacoes@quilombo.sc.gov.br, nesse caso considerando-se como protocolo a data do envio do e-mail.

25. DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. Para finalidade da efetiva participação da LICITANTE no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelará e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

25.2. A LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018, empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

25.3. O MUNICÍPIO e a LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

25.4. A LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

25.5. É vedado a LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As Partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

25.6. A LICITANTE fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

25.7. As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitos as sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

25.8. A LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao Município e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pela LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

25.9. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

25.10. As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas Partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

25.11. Por ocasião da assinatura do contrato, a(s) LICITANTE(S) vencedora(s) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

25.12. Por ocasião da assinatura do contrato, a(s) LICITANTE(S) vencedora(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

25.13. A LICITANTE para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO, para maiores informações, poderá contatar com o Encarregado de Dados, por meio do endereço eletrônico de e-mail **juridico3@quilombo.sc.gov.br**.

25.14. Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

25.15. O fornecimento e a veracidade destes dados são de inteira responsabilidade das licitantes.

25.16. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o edital e seus anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

25.17. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro e Equipe de Apoio em contrário.

25.18. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial Lei Federal n. 8.666/1993, Lei Federal n. 10.520/2002 (Pregão), Decreto Municipal n. 305/2005 (Pregão), Lei Complementar Federal n. 123/2006 (ME EPP), Decreto Municipal n. 210/2009 (SRP) e Decreto Federal n. 7.892/2013 (SRP).

25.19. Integram este edital os seguintes anexos:

I - Termo de Referência;
II - Modelo Ficha de Apresentação;
III - Modelo Carta de Credenciamento;
IV - Modelo Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
V - Modelo Declaração Unificada;
VI - Modelo Proposta;
VII - Modelo Ata de Registro de Preços;
VIII - Modelo Contrato Administrativo;
IX - Instrumento Particular de Confidencialidade e Outras Avenças.

25.20. É competente o Foro da Comarca de Quilombo/SC para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Quilombo/SC, 07 de maio de 2022.

VANDERLEI BANDIERA
Prefeito Municipal Em Exercicio

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 52/2022

TERMO DE REFERÊNCIA

(Utiliza-se como base o inciso XI do art. 3 do Decreto Federal n. 10.024/2019 [Pregão Eletrônico])

1) Elementos que embasam a avaliação do custo pela Administração Pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

1.1) Definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução:

1.1.1) Objeto Contratual: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, LUBRIFICANTES, DETERGENTES, LÂMPADAS, FILTROS E BATERIAS PARA MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS AUTOMOTORES DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE QUILOMBO-SC.

1.1.1.1) O Sistema Registro de Preços não obriga a compra de qualquer quantidade indicada no ANEXO VI, podendo a Administração Pública Municipal promover a aquisição de acordo com suas necessidades, conforme § 4º do art. 15 da Lei Federal n. 8.666/93[13] e art. 16 do Decreto Federal n. 7.892/2011[14].

1.1.2) Valor máximo aceitável, de acordo com o preço de mercado: Conforme solicitação de 19/05/2022 das **Secretarias Municipais**, assinada em conjunto com o Prefeito Municipal. O valor máximo foi definido de acordo com o menor valor obtido em pesquisas de preços realizadas nos dias 05/04/2022, 27/04/2022, 05/06/2022 e 16/05/2022, anexas à solicitação das secretarias municipais. Devem ser respeitados os valores máximos DOS ITENS, sob pena de desclassificação da proposta.

2) Critério de aceitação do objeto: O objeto será recebido:

a) QUANTO À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

i) Provisoriamente (Lei Federal n. 8.666/93, art. 73, I, "a"): pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de até 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita do contratado.

[13] Lei Federal n. 8.666/93, Art. 15, § 4º: *A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.*

[14] Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 16: *A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.*

ii) Definitivamente (Lei Federal n. 8.666/93, art. 73, I, "b"): por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei Federal n. 8.666/93.

b.1) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (Lei Federal n. 8.666/93, art. 73, § 2º).

b.2) O prazo referente em "ii" da letra "b" não poderá ser superior a 90 (noventa) dias (Lei Federal n. 8.666/93, art. 73, § 3º).

b.3) Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere a letra "b" não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos (Lei Federal n. 8.666/93, art. 73, § 3º).

b.4) Poderá ser dispensado o recebimento provisório desde que o objeto não se componha de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade (Lei Federal n. 8.666/93, art. 74, III).
b.4.1) Sendo dispensado o recebimento provisório nos termos de "i" da letra "b", o recebimento será feito mediante recibo (Lei Federal n. 8.666/93, art. 74, parágrafo único).

b.5) Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado (Lei Federal n. 8.666/93, art. 75).

b.6) A Administração rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato (Lei Federal n. 8.666/93, art. 76).

3) Deveres do Contratante e do Contratado:

a) Contratante:

i) Fiscalizar permanentemente o objeto contratado;
ii) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
iii) Intervir na execução do objeto, nos casos e condições previstos em lei;
iv) Zelar pela boa qualidade do objeto.

b) Contratado:

i) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (Lei Federal n. 10.520/2002 c/c Lei Federal n. 8.666/93, art. 69);
ii) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato (Lei Federal n. 10.520/2002 c/c Lei Federal n. 8.666/93, art. 70);

iii) Responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei Federal n. 10.520/2002 c/c Lei Federal n. 8.666/93, art. 71, caput);

iv) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições exigidas no edital;

v) Apresentar demais documentos exigidos pela fiscalização do CONTRATANTE.

4) Documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira:

a) Relativos à qualificação técnica (art. 31 da Lei Federal n. 8.666/93):

i)Cópia simples mediante a apresentação do original ou autenticado em cartório do Certificado de Mestrado ou Doutorado em Educação, do profissional que prestará os serviços.

ii) Declaração de que (i) tomou conhecimento de todas as informações relacionadas a este edital, (ii) das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação e (iii) possui instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação (ANEXO V – DECLARAÇÃO UNIFICADA);

b) Relativos à qualificação econômico-financeira (art. 31 da Lei Federal n. 8.666/93):

i) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

NOTA 1: No caso de pessoa jurídica com sede no Estado de Santa Catarina e/ou pessoa física com domicílio no Estado de Santa Catarina, a certidão no Primeiro Grau deverá ser solicitada tanto no sistema EPROC quanto no SAJ, devendo as duas certidões ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

5) Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da **Secretaria solicitante**, especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição (Lei Federal n. 8.666/93, art. 58, III c/c art. 67).

5.1.1. Fica designado o representante da Secretaria dos Transportes e Obras do Município o Sr. ADILSON HANAUER para a fiscalização do contrato.

6) Prazo para execução do contrato:

6.1. A entrega/execução do objeto licitado deverá ser efetivada conforme solicitado pelo **responsável da Secretaria**, observadas as seguintes condições:

a) Assegurar livre acesso aos locais dos serviços e tudo facilitar para que a fiscalização possa exercer integralmente a sua função;

b) Apresentar durante a realização dos serviços, sempre que for solicitada, regularidade fiscal com todos os tributos e taxas a eles atribuídos.

c) O contrato administrativo pode ser prorrogado de acordo com o interesse da administração e dentro do limite fixado no artigo 57 da Lei Federal n. 8.666/93.

d) Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento (Lei Federal n. 8.666/93, art. 110, *caput*).

d.1) Só se iniciam e vencem os prazos referidos em dia de expediente na Administração Municipal (Lei Federal n. 8.666/93, art. 110, p.ú.).

7) Sanções administrativas:

a) Lei Federal n. 8.666/93, art. 86: O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

a.1) A multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Federal n. 8.666/93 (Lei Federal n. 8.666/93, art. 86, § 1º).

a.2) A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado (Lei Federal n. 8.666/93, art. 86, § 2º).

a.3) Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente (Lei Federal n. 8.666/93, art. 86, § 3º).

b) Lei Federal n. 8.666/93, art. 87: Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

i) Advertência;

ii) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

iii) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

iv) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Quilombo, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

b.1) Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente (Lei Federal n. 8.666/93, art. 87, § 1º).

b.2) As sanções previstas em "i", "iii" e "iv" poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (Lei Federal n. 8.666/93, art. 87, § 2º).

b.3) A sanção estabelecida na alínea "iv" é de competência exclusiva do Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação (Lei Federal n. 8.666/93, art. 87, § 3º).

c) Lei Federal n. 8.666/93, art. 88: As sanções previstas em "iii" e "iv" poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos derivados deste certame:

i) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

ii) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

iii) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 52/2022

MODELO FICHA DE APRESENTAÇÃO

Nome da Empresa	
CNPJ	
Nome para contato 01	
Nome para contato 02	
Endereço completo (rua, número, bairro, CEP)	
E-mail	
Telefone fixo	
Telefone móvel 01	
Telefone móvel 02	

Os dados acima se referem a eventual necessidade de contato entre o munícipio e a empresa. Qualquer informação acima que for modificada, a empresa deverá comunicar formalmente o município.

(LOCAL), (DATA).

_____

(nome completo do representante ou proprietário da empresa + nº do CPF)
(assinatura)

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 52/2022

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

A _____ (nome do licitante)_____, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, credencia como seu representante o Sr. _____(nome e qualificação)_____, para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei Federal n. 10.520/2002.

DECLARO mais, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no artigo 299[15] do Código Penal, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

(LOCAL), (DATA).

_____

(nome completo do representante ou proprietário da empresa + nº do CPF)
(assinatura)

[15] Código Penal, *Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:*
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)
Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 52/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, com sede na _____, CNPJ nº _____, representada neste ato pelo(a) Sr(a). _____, RG nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que está ciente da sujeição da penalidade constante no instrumento convocatório da licitação.

DECLARO mais, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no artigo 299[16] do Código Penal, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

(LOCAL), (DATA).

_____
(nome completo do representante ou proprietário da empresa + nº do CPF)
(assinatura)

[16] Código Penal, *Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:*
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)
Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 52/2022

MODELO DECLARAÇÃO UNIFICADA

O signatário da presente, em nome da proponente . . . . . , CNPJ ....., DECLARA:
- Inexistência de restrições para participação em licitação, estando ciente da necessidade de informar imediatamente o surgimento de qualquer restrição;
- Tomou conhecimento de todas as informações relacionadas a este edital;
- Tomou conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação;
- Possui instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;
- Possui local fixo regular dentro do perímetro urbano do Município de Quilombo ou, no prazo máximo de 05 dias após eventual assinatura da Ata de Registro de Preços (no caso de vencedor da licitação), comprovará local fixo dentro do perímetro urbano do Município de Quilombo, devidamente legalizado;
- Conforme inciso V do art.27 da Lei Federal n. 8.666/93, acrescido pela Lei Federal n. 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

DECLARO mais, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no artigo 299 do Código Penal, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

(LOCAL), (DATA).

_____

(nome completo do representante ou proprietário da empresa + nº do CPF)
(assinatura)

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 52/2022

MODELO DA PROPOSTA

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, LUBRIFICANTES, DETERGENTES, LÂMPADAS, FILTROS E BATERIAS PARA MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS AUTOMOTORES DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE QUILOMBO-SC**, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

*****Os valores deverão ser cotados por preços unitários****

Lote 01: PEÇAS PARA CAMINHÕES				**Preço Total do Lote:**	**119.899,57**
Item	**Especificação**	**Unid.**	**Quantidade**	**Preço Unit. Máximo**	**Preço Total**
1	LONA DE FREIO TRASEIRO, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	jg	12,00	198,45	2381,40
2	LONA DE FREIO DIANTEIRO, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	jg	8,00	190,54	1524,32
3	MOLA MESTRE DIANTEIRA, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	pc	12,00	439,60	5275,20
4	MOLA 2ª DIANTEIRA, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	6,00	425,60	2553,60
5	MOLA 3ª DIANTEIRA, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	6,00	324,80	1948,80
6	MOLA 4ª DIANTEIRA, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	6,00	277,06	1662,36
7	BUCHA DE MOLA, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	36,00	20,00	720,00
8	PINO DE MOLA, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	36,00	27,72	997,92
9	AMORTECEDOR DIANTEIRO, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	8,00	350,00	2800,00

10	TERMINAL DE DIREÇÃO, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	8,00	138,46	1107,68
11	KIT EMBUCHAMENTO EIXO DIANTEIRO, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	kit	5,00	950,00	4750,00
12	ARRUELA ENCOSTO DO FEIXE DE MOLAS, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	20,00	5,00	100,00
13	PINO DE CENTRO, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	30,00	20,00	600,00
14	GRAMPO DE FEIXE DE MOLA, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	10,00	37,80	378,00
15	MOLA TRASEIRA MESTRE, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	10,00	177,05	1770,50
16	MOLA 4ª TRASEIRA, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	10,00	160,00	1600,00
17	BALANCEIRA FEIXA, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008.	un	8,00	420,00	3360,00
18	PINO DA BALANCEIRA, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008.	un	8,00	120,00	960,00
19	COXIM TRASEIRO DO MOTOR, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	10,00	130,00	1300,00
20	COXIM DIANTEIRO DO MOTOR, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	10,00	125,00	1250,00
21	COXIM DE CABINE, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008.	un	20,00	80,00	1600,00
22	KIT EMBREAGEM 380MM, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	4,00	4.450,00	17800,00
23	SERVO EMBREAGEM WABCO, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	2,00	1.100,00	2200,00
24	CILINDRO MESTRE EMBREAGEM, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	3,00	240,00	720,00
25	CORREIA ALTERNADOR, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008 .	un	10,00	91,84	918,40
26	BOMBA D'ÁGUA MOTOR CUMMINS, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008.	un	1,00	250,60	250,60
27	RETENTOR CUBO TRASEIRO, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	24,00	58,80	1411,20

28	ROLAMENTO CUBO TRASEIRO, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	24,00	44,00	1056,00
29	DIAFRAGMA FREIO 8 POL, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008.	un	15,00	22,26	333,90
30	MOLA DA CUICA ESTACIONARIO, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	5,00	100,00	500,00
31	BALÃO DO PNEUMATICO, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008.	un	5,00	443,10	2215,50
32	BUCHA DE TIRANTE, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	20,00	41,72	834,40
33	PARAFUSO DO TIRANTE, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	20,00	35,00	700,00
34	ROLAMENTO DO CARDAN, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	3,00	250,00	750,00
35	BOMBA D'ÁGUA CONSTELLATION MOTOR MAN 24.280 - 26-280, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	3,00	679,00	2037,00
36	BOMBA D'ÁGUA VW 15.180 MOTOR MWM, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	1,00	296,80	296,80
37	CRUZETA CARDAN VW 280, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	8,00	270,00	2160,00
38	BOMBA D'ÁGUA VW 24-220 MOTOR CUMINS SERIE C, VW 24.280 ANO 2013, VW 26.280 ANO 2012, VW 15.180 ANO 2008 E VW 24.220 ANO 2008	un	1,00	250,60	250,60
39	LONA DE FREIO TRASEIRO, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	4,00	189,00	756,00
40	LONA DE FREIO DIANTEIRO, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	2,00	147,70	295,40
41	MOLA MESTRE DIANTEIRA, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	2,00	460,00	920,00
42	MOLA 2ª DIANTEIRA, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	3,00	420,00	1260,00
43	MOLA 3ª DIANTEIRA, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	3,00	400,00	1200,00
44	MOLA 4ª DIANTEIRA, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	3,00	350,00	1050,00
45	BUCHA DE MOLA, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	12,00	20,00	240,00
46	PINO DE MOLA, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	12,00	40,00	480,00
47	AMORTECEDOR DIANTEIRO,	un	2,00	266,70	533,40

	CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014				
48	TERMINAL DE DIREÇÃO, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	4,00	145,60	582,40
49	KIT EMBUCHAMENTO EIXO DIANTEIRO, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	1,00	820,00	820,00
50	ARRUELA ENCOSTO DO FEIXE DE MOLAS, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	15,00	5,00	75,00
51	PINO DE CENTRO, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	4,00	20,00	80,00
52	GRAMPO DE FEIXE DE MOLA, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	4,00	65,00	260,00
53	MOLA TRASEIRA MESTRE, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	4,00	220,00	880,00
54	MOLA 4ª TRASEIRA, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	4,00	180,00	720,00
55	CRUZETA CARDAN MB2729, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	1,00	236,00	236,00
56	BOMBA D'AGUA MB2729, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	1,00	559,30	559,30
57	COXIM TRASEIRO DO MOTOR, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	4,00	680,00	2720,00
58	COXIM DIANTEIRO DO MOTOR, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	2,00	470,00	940,00
59	BUCHA DE TIRANTE, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	4,00	95,20	380,80
60	KIT EMBREAGEM 380, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	2,00	4.580,00	9160,00
61	SERVO EMBREAGEM WABCO, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	3,00	1.120,00	3360,00
62	CILINDRO MESTRE EMBREAGEM, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	2,00	290,00	580,00
63	CORREIA ALTERNADOR, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	4,00	105,00	420,00
64	RETENTOR CUBO TRASEIRO, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	1,00	42,70	42,70
65	ROLAMENTO CUBO TRASEIRO, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	4,00	259,00	1036,00
66	MOLA DA CUICA ESTACIONARIO, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	9,00	119,35	1074,15
67	BALÃO DO PNEUMATICO, CAMINHAO MB2729 MOTOR MERCEDES ANO 2014	un	6,00	470,00	2820,00
68	LONA DE FREIO TRASEIRO, CAMINHAO MERCEDES BENS MB 2225 MOTOR MERCEDES ANO 1990	jg	4,00	220,00	880,00
69	LONA DE FREIO DIANTEIRO, CAMINHAO MERCEDES BENS MB 2225 MOTOR MERCEDES ANO 1990	jg	2,00	207,20	414,40
70	KIT EMBUCHAMENTO	un	2,00	694,40	1388,80

	COMPLETO, CAMINHAO MERCEDES BENS MB 2225 MOTOR MERCEDES ANO 1990				
71	BUCHA DE MOLA DIANTEIRO, CAMINHAO MERCEDES BENS MB 2225 MOTOR MERCEDES ANO 1990	un	12,00	15,26	183,12
72	PINO DE MOLA DIANTEIRO, CAMINHAO MERCEDES BENS MB 2225 MOTOR	un	12,00	29,26	351,12
73	BARRA LATERAL DE DIREÇÃO, CAMINHAO MERCEDES BENS MB 2225 MOTOR MERCEDES ANO 1990	un	1,00	550,00	550,00
74	TERMINAL DE DIERÇÃO, CAMINHAO MERCEDES BENS MB 2225 MOTOR MERCEDES ANO 1990	un	4,00	89,60	358,40
75	KIT DE EMBREAGEM 380MM, CAMINHAO MERCEDES BENS MB 2225 MOTOR	un	2,00	4.500,00	9000,00
76	HELICE DO RADIOADOR, CAMINHAO MERCEDES BENS MB 2225 MOTOR MERCEDES ANO 1990	un	2,00	109,20	218,40
Lote 02: PEÇAS PARA ONIBUS				**Preço Total do Lote:**	**17.129,88**
Item	**Especificação**	**Unid.**	**Quantidade**	**Preço Unit. Máximo**	**Preço Total**
77	AMORTECEDOR DIANTEIRO, ONIBUS VW/15.190 ANO 2012/2013 e ANO 2011	un	4,00	370,00	1480,00
78	MOLA MESTRE DO FEIXE DIANTEIRO, ONIBUS VW/15.190 ANO 2012/2013 e ANO 2011	un	4,00	440,00	1760,00
79	LONA DE FREIOS DIANTEIRO, ONIBUS VW/15.190 ANO 2012/2013 e ANO 2011	jg	8,00	190,54	1524,32
80	LONA DE FREIOS TRASEIRO, ONIBUS VW/15.190 ANO 2012/2013 e ANO 2011	jg	8,00	198,45	1587,60
81	ROLAMENTO DE CUBOS DIANTEIROS, ONIBUS VW/15.190 ANO 2012/2013 e ANO 2011	un	8,00	147,00	1176,00
82	ROLAMENTO DE CUBOS TRASEIROS, ONIBUS VW/15.190 ANO 2012/2013 e ANO 2011	un	8,00	263,90	2111,20
83	TERMINAL DE DIREÇÃO, ONIBUS VW/15.190 ANO 2012/2013 e ANO 2011	un	2,00	170,00	340,00
84	AMORTECEDOR DIANTEIRO, ONIBUS VW/NEOBUS TH O, ANO 20/21	un	2,00	370,00	740,00
85	ROLAMENTO DE CUBOS DIANTEIROS, ONIBUS VW/NEOBUS TH O, ANO 20/21	un	8,00	190,00	1520,00
86	ROLAMENTO DE CUBOS TRASEIROS, ONIBUS VW/NEOBUS TH O, ANO 20/21	un	8,00	263,90	2111,20
87	MOLA MESTRE DO FEIXE DIANTEIRO, ONIBUS VW/NEOBUS TH O, ANO 20/21	un	2,00	440,00	880,00
88	LONA DE FREIOS DIANTEIRO, ONIBUS VW/NEOBUS TH O, ANO 20/21	jg	4,00	194,54	778,16
89	LONA DE FREIOS TRASEIRO, ONIBUS VW/NEOBUS TH O, ANO 20/21	jg	4,00	206,85	827,40
90	TERMINAL DE DIREÇÃO, ONIBUS VW/NEOBUS TH O, ANO 20/21	un	2,00	147,00	294,00

Lote 03: PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS				**Preço Total do Lote:**	**64.500,00**
Item	**Especificação**	**Unid.**	**Quantidade**	**Preço Unit. Máximo**	**Preço Total**
91	CALÇO DA LAMINA, MOTONIVELADORA CAT 120K ANO 2013	un	10,00	176,00	1760,00
92	CALÇO DO GIRO, MOTONIVELADORA CAT 120K ANO 2013	un	8,00	224,00	1792,00
93	PARAFUSO DA LAMINA, MOTONIVELADORA CAT 120K ANO 2013	un	46,00	7,50	345,00
94	LAMINA 13CM X 5/8, MOTONIVELADORA CAT 120K ANO 2013	un	4,00	1.474,00	5896,00
95	CORREIA DO ALTERNADOR, MOTONIVELADORA CAT 120K ANO 2013	un	4,00	144,00	576,00
96	EMBUCHAMENTO EIXO DIANTEIRO COMPLETO, MOTONIVELADORA CAT 120K ANO 2013	un	1,00	2.240,00	2240,00
97	DISCO DE FREIO, MOTONIVELADORA CAT 120K ANO 2013	un	4,00	1.178,00	4712,00
98	TURBINA, MOTONIVELADORA CAT 120K ANO 2013	un	1,00	7.708,00	7708,00
99	KIT SISTEMA DE FREIO TRASERO, RETROESCAVADEIRA CAT 416E ANO 2014	un	2,00	3.495,00	6990,00
100	CRUZETA DO CARDAN DIANTEIRO, RETROESCAVADEIRA CAT 416E ANO 2014	un	4,00	445,00	1780,00
101	CRUZETA DO CARDAN TRASEIRO, RETROESCAVADEIRA CAT 416E ANO 2014	un	4,00	510,00	2040,00
102	CRUZETA DO SEMI EIXO DIANTEIRO, RETROESCAVADEIRA CAT 416E ANO 2014	un	4,00	348,00	1392,00
103	CALÇO DA LAMINA, MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555 ANO 2012	un	10,00	142,00	1420,00
104	CALÇO DO GIRO, MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555 ANO 2012	un	8,00	290,00	2320,00
105	PARAFUSO DA LAMINA, MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555 ANO 2012	un	46,00	7,50	345,00
106	LAMINA 13CM X 5/8, MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555 ANO 2012	un	4,00	1.474,00	5896,00
107	CORREIA DO ALTERNADOR, MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555 ANO 2012	un	4,00	175,00	700,00
108	EMBUCHAMENTO EIXO DIANTEIRO COMPLETO, MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555 ANO 2012	un	1,00	2.680,00	2680,00
109	DISCO DE FREIO, MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555 ANO 2012	un	4,00	1.234,00	4936,00
110	CALÇO/BATENTE DO VIBRADOR, ROLO MULLER VAP 70 ANO 2013	un	12,00	490,00	5880,00
111	TUBO SANFONA DA DESCARGA, ROLO MULLER VAP 70 ANO 2013	un	1,00	1.140,00	1140,00
112	CALÇO DIANTEIRO DO MOTOR,	un	2,00	374,00	748,00

	ROLO MULLER VAP 70 ANO 2013				
113	CALÇO TRASEIRO DO MOTOR, ROLO MULLER VAP 70 ANO 2013	un	2,00	412,00	824,00
114	CORREIA DO ALTERNADOR, ROLO MULLER VAP 70 ANO 2013	un	2,00	190,00	380,00
Lote 04: PEÇAS PARA VEÍCULOS LEVES				**Preço Total do Lote:**	**24.600,20**
Item	**Especificação**	**Unid.**	**Quantidade**	**Preço Unit. Máximo**	**Preço Total**
115	PASTILHA DE FREIO, HYUNDAI/HR HDB ANO 2018 DIESEL	jg	2,00	121,80	243,60
116	DISCO DE FREIO VENTILADO, HYUNDAI/HR HDB ANO 2018 DIESEL	un	2,00	170,00	340,00
117	SAPATA DE FREIO TRASEIRO, HYUNDAI/HR HDB ANO 2018 DIESEL	jg	2,00	240,00	480,00
118	TAMBOR DE FREIO, HYUNDAI/HR HDB ANO 2018 DIESEL	un	2,00	260,00	520,00
119	AMORTECEDOR DIANTEIRO, HYUNDAI/HR HDB ANO 2018 DIESEL	un	2,00	189,00	378,00
120	PIVO SUPERIOR, HYUNDAI/HR HDB ANO 2018 DIESEL	un	2,00	110,00	220,00
121	PIVO INFERIOR, HYUNDAI/HR HDB ANO 2018 DIESEL	un	2,00	110,00	220,00
122	BUCHA BANDEJA INFERIOR, HYUNDAI/HR HDB ANO 2018 DIESEL	un	4,00	90,00	360,00
123	BUCHA BANDEJA SUPERIOR, HYUNDAI/HR HDB ANO 2018 DIESEL	un	4,00	90,00	360,00
124	AMORTECEDOR TRASEIRO, HYUNDAI/HR HDB ANO 2018 DIESEL	un	2,00	190,00	380,00
125	BUCHA DE MOLA TRASEIRA, HYUNDAI/HR HDB ANO 2018 DIESEL	un	6,00	40,00	240,00
126	TERMINAL DE DIREÇÃO, HYUNDAI/HR HDB ANO 2018 DIESEL	un	2,00	130,00	260,00
127	BRAÇO TIRANTE SUSPENÇÃO DIANTEIRA, HYUNDAI/HR HDB ANO 2018 DIESEL	un	4,00	180,00	720,00
128	PASTILHA DE FREIO, FIAT UNO VIVACE 1.0 ANO 2015	jg	2,00	80,00	160,00
129	DISCO DE FREIO , FIAT UNO VIVACE 1.0 ANO 2015	un	2,00	75,00	150,00
130	AMORTECEDOR DIANTEIRO, FIAT UNO VIVACE 1.0 ANO 2015	un	2,00	240,00	480,00
131	AMORTECEDOR TRASEIRO, FIAT UNO VIVACE 1.0 ANO 2015	un	2,00	200,00	400,00
132	BUCHA BANDEJA TRASEIRA, FIAT UNO VIVACE 1.0 ANO 2015	un	12,00	20,00	240,00
133	SAPATA DE FREIO TRASEIRO, FIAT UNO VIVACE 1.0 ANO 2015	jg	1,00	95,20	95,20
134	CILINDRO DE FREIO TRASEIRO, FIAT UNO VIVACE 1.0 ANO 2015	un	2,00	70,00	140,00
135	CABO DE FREIO DE MAO, FIAT UNO VIVACE 1.0 ANO 2015	un	1,00	51,80	51,80
136	TERMINAL DE DIREÇÃO, FIAT UNO VIVACE 1.0 ANO 2015	un	4,00	70,00	280,00
137	JOGO DE VELA, FIAT UNO VIVACE 1.0 ANO 2015	jg	1,00	90,00	90,00
138	JOGO DE CABO DE VELA, FIAT UNO VIVACE 1.0 ANO 2015	jg	1,00	90,00	90,00
139	PASTILHA DE FREIO, FIAT PALIO FIRE 1.0 ANO 14/15	jg	2,00	62,30	124,60
140	DISCO DE FREIO, FIAT PALIO FIRE 1.0 ANO 14/15	un	2,00	75,00	150,00

141	AMORTECEDOR DIANTEIRO FIAT PALIO FIRE 1.0 ANO 14/15	un	2,00	240,00	480,00
142	AMORTECEDOR TRASEIRO, FIAT PALIO FIRE 1.0 ANO 14/15	un	2,00	189,00	378,00
143	BUCHA BANDEJA TRASEIRA, FIAT PALIO FIRE 1.0 ANO 14/15	un	12,00	20,00	240,00
144	SAPATA DE FREIO TRASEIRO, FIAT PALIO FIRE 1.0 ANO 14/15	jg	1,00	95,20	95,20
145	CILINDRO DE FREIO TRASEIRO, FIAT PALIO FIRE 1.0 ANO 14/15	un	2,00	65,80	131,60
146	TERMINAL DE DIREÇÃO, FIAT PALIO FIRE 1.0 ANO 14/15	un	4,00	70,00	280,00
147	CABO DE FREIO DE MAO, FIAT PALIO FIRE 1.0 ANO 14/15	un	1,00	74,20	74,20
148	JOGO DE VELA, FIAT PALIO FIRE 1.0 ANO 14/15	jg	1,00	78,40	78,40
149	JOGO DE CABO DE VELA, FIAT PALIO FIRE 1.0 ANO 14/15	jg	1,00	90,00	90,00
150	PASTILHA DE FREIO, FIAT SIENA 1.4 ANO 2021	jg	2,00	79,00	158,00
151	DISCO DE FREIO, FIAT SIENA 1.4 ANO 2021	un	2,00	92,00	184,00
152	AMORTECEDOR DIANTEIRO, FIAT SIENA 1.4 ANO 2021	un	2,00	230,00	460,00
153	AMORTECEDOR TRASEIRO, FIAT SIENA 1.4 ANO 2021	un	2,00	190,00	380,00
154	BUCHA BANDEJA TRASEIRA, FIAT SIENA 1.4 ANO 2021	un	12,00	48,00	576,00
155	TERMINAL DE DIREÇÃO, FIAT SIENA 1.4 ANO 2021	un	4,00	70,00	280,00
156	SAPATA DE FREIO TRASEIRO, FIAT SIENA 1.4 ANO 2021	jg	1,00	198,00	198,00
157	CILINDRO DE FREIO TRASEIRO, FIAT SIENA 1.4 ANO 2021	un	2,00	70,00	140,00
158	CABO DE FREIO DE MAO, FIAT SIENA 1.4 ANO 2021	un	1,00	120,40	120,40
159	JOGO DE VELA, FIAT SIENA 1.4 ANO 2021	jg	1,00	89,60	89,60
160	JOGO DE CABO DE VELA, FIAT SIENA 1.4 ANO 2021	jg	1,00	98,00	98,00
161	PASTILHA DE FREIO, FORD KA SEDAN ANO 18/19	jg	2,00	110,00	220,00
162	DISCO DE FREIO, FORD KA SEDAN ANO 18/19	un	2,00	90,00	180,00
163	AMORTECEDOR DIANTEIRO, FORD KA SEDAN ANO 18/19	un	2,00	244,00	488,00
164	AMORTECEDOR TRASEIRO, FORD KA SEDAN ANO 18/19	un	2,00	198,00	396,00
165	BUCHA BANDEJA TRASEIRA, FORD KA SEDAN ANO 18/19	un	12,00	68,00	816,00
166	SAPATA DE FREIO TRASEIRO, FORD KA SEDAN ANO 18/19	jg	1,00	218,40	218,40
167	CILINDRO DE FREIO TRASEIRO, FORD KA SEDAN ANO 18/19	un	2,00	80,00	160,00
168	CABO DE FREIO DE MAO, FORD KA SEDAN ANO 18/19	un	1,00	170,00	170,00
169	JOGO DE VELA, FORD KA SEDAN ANO 18/19	jg	1,00	84,00	84,00
170	JOGO DE CABO DE VELA, FORD KA SEDAN ANO 18/19	jg	1,00	110,00	110,00
171	TERMINAL DE DIREÇÃO, FORD KA SEDAN ANO 18/19O	un	4,00	85,00	340,00
172	PASTILHA DE FREIO, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2019	jg	4,00	75,00	300,00
173	DISCO DE FREIO , VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2019	un	4,00	70,00	280,00
174	AMORTECEDOR DIANTEIRO, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2019	un	4,00	190,00	760,00
175	AMORTECEDOR TRASEIRO, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2019	un	4,00	170,00	680,00
176	BUCHA BANDEJA TRASEIRA,	un	20,00	36,00	720,00

	VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2019				
177	SAPATA DE FREIO TRASEIRO, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2019	jg	2,00	168,00	336,00
178	CILINDRO DE FREIO TRASEIRO, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2019	un	4,00	53,20	212,80
179	CABO DE FREIO DE MAO VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2019	un	2,00	72,00	144,00
180	JOGO DE VELA, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2019	jg	2,00	90,00	180,00
181	JOGO DE CABO DE VELA. VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2019	jg	2,00	120,00	240,00
182	PIVO, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2019	un	4,00	86,80	347,20
183	TERMINAL DE DIREÇÃO, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2019	un	4,00	75,00	300,00
184	PASTILHA DE FREIO, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2018	jg	2,00	88,00	176,00
185	DISCO DE FREIO, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2018	un	2,00	75,00	150,00
186	AMORTECEDOR DIANTEIRO, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2018	un	2,00	190,00	380,00
187	AMORTECEDOR TRASEIRO, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2018	un	2,00	170,00	340,00
188	BUCHA BANDEJA TRASEIRA, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2018	un	12,00	36,00	432,00
189	SAPATA DE FREIO TRASEIRO, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2018	jg	1,00	160,00	160,00
190	CILINDRO DE FREIO TRASEIRO, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2018	un	2,00	53,20	106,40
191	CABO DE FREIO DE MAO, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2018	un	1,00	72,00	72,00
192	JOGO DE VELA, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2018	jg	1,00	90,00	90,00
193	JOGO DE CABO DE VELA, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2018	jg	1,00	140,00	140,00
194	PIVO, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2018	un	4,00	86,80	347,20
195	TERMINAL DE DIREÇÃO, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2018	un	4,00	80,00	320,00
196	PASTILHA DE FREIO, CITROEN/AIRCROSS ANO 16/17	jg	2,00	131,60	263,20
197	DISCO DE FREIO , CITROEN/AIRCROSS ANO 16/17	un	2,00	120,00	240,00
198	AMORTECEDOR DIANTEIRO, CITROEN/AIRCROSS ANO 16/17	un	2,00	260,00	520,00
199	AMORTECEDOR TRASEIRO, CITROEN/AIRCROSS ANO 16/17	un	2,00	190,00	380,00
200	JOGO DE VELA, CITROEN/AIRCROSS ANO 16/17	jg	1,00	120,00	120,00
201	JOGO DE CABO DE VELA, CITROEN/AIRCROSS ANO 16/17	jg	1,00	170,00	170,00
202	TERMINAL DE DIREÇÃO, CITROEN/AIRCROSS ANO 16/17	un	4,00	110,60	442,40
203	PIVO, CITROEN/AIRCROSS ANO 16/17	un	4,00	91,00	364,00
Lote 05: FILTROS LINHA DIESEL E GASOLINA				**Preço Total do Lote:**	**26.493,46**
Item	**Especificação**	**Unid.**	**Quantidade**	**Preço Unit. Máximo**	**Preço Total**
204	FILTRO DE OLEO PSL 300, CAMINHAO VW 24-220 MOTOR CUMINS ANO 2008	un	2,00	110,00	220,00
205	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 72/2, CAMINHAO VW 24-220 MOTOR CUMINS ANO 2008	un	2,00	16,38	32,76
206	FILTRO DO AR ARS 9893, CAMINHAO VW 24-220 MOTOR CUMINS ANO 2008	un	2,00	70,00	140,00
207	FILTRO SEPARADOR PSD 970/1, CAMINHAO VW 24-220 MOTOR	un	2,00	51,87	103,74

	CUMINS ANO 2008				
208	FILTRO AGUA PSA 331, CAMINHAO VW 24-220 MOTOR CUMINS ANO 2008	un	2,00	43,54	87,08
209	FILTRO DE OLEO PSL 339, CAMINHAO VW 15-180 MOTOR MWM ANO 2009	un	2,00	50,00	100,00
210	FILTRO COMBUSTIVEL PSD 530/1, CAMINHAO VW 15-180 MOTOR MWM ANO 2009	un	2,00	41,72	83,44
211	FILTRO DO AR ARS 9839, CAMINHAO VW 15-180 MOTOR MWM ANO 2009	un	2,00	97,30	194,60
212	FILTRO SEPARADOR 970/1, CAMINHAO VW 15-180 MOTOR MWM ANO 2009	un	2,00	51,87	103,74
213	FILTRO DE OLEO 07W115436, CAMINHAO VW 26-280 MOTOR MAN ANO 2013	un	2,00	37,17	74,34
214	FILTRO COMBUSTIVEL 2V5201512, CAMINHAO VW 26-280 MOTOR MAN ANO 2013	un	2,00	80,78	161,56
215	FILTRO EXTERNO DO AR 2S0129620B, CAMINHAO VW 26-280 MOTOR MAN ANO 2013	un	2,00	97,30	194,60
216	FILTRO SEPARADOR 2R0127177J, CAMINHAO VW 26-280 MOTOR MAN ANO 2013	un	2,00	144,40	288,80
217	FILTRO INTERNO DO AR ASR 839, CAMINHAO VW 26-280 MOTOR MAN ANO 2013	un	2,00	39,55	79,10
218	FILTRO DE OLEO 07W115436, CAMINHAO VW 24-280 MOTOR MAN ANO 2012	un	2,00	37,17	74,34
219	FILTRO COMBUSTIVEL 2V5201512, CAMINHAO VW 24-280 MOTOR MAN ANO 2012	un	2,00	80,22	160,44
220	FILTRO EXTERNO DO AR 2S0129620B, CAMINHAO VW 24-280 MOTOR MAN ANO 2012	un	2,00	97,30	194,60
221	FILTRO SEPARADOR 2R0127177J, CAMINHAO VW 24-280 MOTOR MAN ANO 2012	un	2,00	144,40	288,80
222	FILTRO INTERNO DO AR ASR 839, CAMINHAO VW 24-280 MOTOR MAN ANO 2012	un	2,00	39,55	79,10
223	FILTRO DE OLEO A9061800209, MERCEDES ANO 2014	un	2,00	23,66	47,32
224	FILTRO COMBUSTIVEL A0000901551, MERCEDES ANO 2014	un	2,00	38,64	77,28
225	FILTRO INTERNO DO AR ASR 839, MERCEDES ANO 2014	un	2,00	39,55	79,10
226	FILTRO EXTERNO DO AR ARS 9839, MERCEDES ANO 2014	un	2,00	97,30	194,60
227	FILTRO SEPARADOR WK1060/4, MERCEDES ANO 2014	un	2,00	39,55	79,10
228	FILTRO DO OLEO PL449, CAMINHAO MB 2225 MOTOR MERCEDES ANO 1990	un	2,00	55,30	110,60
229	FILTRO COMBUSTIVEL FC165, CAMINHAO MB 2225 MOTOR MERCEDES ANO 1990	un	2,00	19,11	38,22
230	FILTRO DO AR AS 830, CAMINHAO MB 2225 MOTOR MERCEDES ANO 1990	un	2,00	79,87	159,74
231	FILTRO DO OLEO PSL 332, HYUNDAI/HR HDB ANO 2018	un	2,00	31,78	63,56
232	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 991, HYUNDAI/HR HDB ANO 2018	un	2,00	54,53	109,06
233	FILTRO DO AR ARL 8113, HYUNDAI/HR HDB ANO 2018	un	2,00	67,90	135,80

234	FILTRO DO OLEO PSL 280, ROLO MULLER VAP 70 ANO 2016	un	2,00	42,70	85,40
235	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 410 OU FS1280, ROLO MULLER VAP 70 ANO 2016	un	2,00	40,81	81,62
236	FILTRO HIDRAULICO PSH 211, ROLO MULLER VAP 70 ANO 2016	un	2,00	174,30	348,60
237	FILTRO SEPARADOR PS 73/1, ROLO MULLER VAP 70 ANO 2016	un	2,00	21,77	43,54
238	FILTRO DO AR 1°, ROLO MULLER VAP 70 ANO 2016	un	2,00	480,00	960,00
239	FILTRO DO AR 2°, ROLO MULLER VAP 70 ANO 2016	un	2,00	240,00	480,00
240	FILTRO DO OLEO 6219784M1, TRATOR MF 4292 MOTOR PERKINS ANO 2012	un	2,00	50,00	100,00
241	FILTRO COMBUSTIVEL 1896287M91, TRATOR MF 4292 MOTOR PERKINS ANO 2012	un	2,00	27,00	54,00
242	FILTRO SEPARADOR 036530R1, TRATOR MF 4292 MOTOR PERKINS ANO 2012	un	2,00	56,00	112,00
243	FILTRO HIDRAULICO 6223537M1, TRATOR MF 4292 MOTOR PERKINS ANO 2012	un	2,00	198,00	396,00
244	FILTRO DO OLEO KO 6376-51-5142, MOTONIVELADORA KOMATSU FILTRO COMBUSTIVEL KO 6732-71-6116, MOTONIVELADORA KOMATSU GD555 ANO 2012	un	2,00	151,00	302,00
245	FILTRO COMBUSTIVEL KO 6732-71-6116, MOTONIVELADORA KOMATSU GD555 ANO 2012	un	2,00	126,00	252,00
246	FILTRO TRANSMISSAO KO 714-07-28712, MOTONIVELADORA KOMATSU GD555 ANO 2012	un	2,00	576,00	1152,00
247	FILTRO HIDRAULICO KO 21K-60-B1250, MOTONIVELADORA KOMATSU GD555 ANO 2012	un	2,00	267,00	534,00
248	FILTRO AR CONDICIONADO KO 600-185-3100, MOTONIVELADORA KOMATSU GD555 ANO 2012	un	2,00	449,00	898,00
249	FILTRO DO AR PRIMARIO 22B-979-1730I, MOTONIVELADORA KOMATSU GD555 ANO 2012	un	2,00	414,00	828,00
250	FILTRO DO AR SECUNDARIO 23B-809-9310I, MOTONIVELADORA KOMATSU GD555 ANO 2012	un	2,00	378,00	756,00
251	FILTRO DO OLEO 400508-00036, ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DC 140LX ANO 2011	un	2,00	238,00	476,00
252	FILTRO COMBUSTIVEL 400403-0012, ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DC 140LX ANO 2011	un	2,00	52,00	104,00
253	FILTRO SEPARADOR K 1006530, ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DC 140LX ANO 2011	un	2,00	222,00	444,00
254	FILTRO HIDRAULICO RETORNO K 9005928, ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DC 140LX ANO 2011	un	2,00	378,00	756,00
255	FILTRO DO AR 1° 400401-00090, ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DC 140LX ANO 2011	un	2,00	177,00	354,00
256	FILTRO DO AR 2° 400401-00091, ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DC 140LX ANO 2011	un	2,00	337,00	674,00
257	FILTRO AR CONDICIONADO 471-00019, ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DC 140LX ANO 2011	un	2,00	474,00	948,00

258	FILTRO OLEO 100000133556, MINICARREGEDEIRA RANDOON RD SL75R MOTOR NAKATA ANO 2018	un	2,00	196,00	392,00
259	FILTRO COMBUSTIVEL 218002539, MINICARREGEDEIRA RANDOON RD SL75R MOTOR NAKATA ANO 2018	un	2,00	70,00	140,00
260	FILTRO HIDRAULICO 100000150746, MINICARREGEDEIRA RANDOON RD SL75R MOTOR NAKATA ANO 2018	un	2,00	487,00	974,00
261	FILTRO AR CONDICIONADO 218004412, MINICARREGEDEIRA RANDOON RD SL75R MOTOR NAKATA ANO 2018	un	2,00	44,00	88,00
262	FILTRO DO AR INTERNO 10000092644, MINICARREGEDEIRA RANDOON RD SL75R MOTOR NAKATA ANO 2018	un	2,00	198,00	396,00
263	FILTRO DO AR EXTERNO 10000092643, MINICARREGEDEIRA RANDOON RD SL75R MOTOR NAKATA ANO 2018	un	2,00	82,00	164,00
264	FILTRO MOTOR 1R1807, MOTONIVELADORA CATERPILLAR CAT 120K ANO 2014	un	2,00	54,32	108,64
265	FILTRO COMBUSTIVEL 1R0762, MOTONIVELADORA CATERPILLAR CAT 120K ANO 2014	un	2,00	130,90	261,80
266	FILTRO HIDRAULICO 1R0774, MOTONIVELADORA CATERPILLAR CAT 120K ANO 2014	un	2,00	129,50	259,00
267	FILTRO TRANSMISSAO 3283655, MOTONIVELADORA CATERPILLAR CAT 120K ANO 2014	un	2,00	795,00	1590,00
268	FILTRO SEPARADOR 3261644, MOTONIVELADORA CATERPILLAR CAT 120K ANO 2014	un	2,00	135,00	270,00
269	FILTRO DO AR 1° 2456375, MOTONIVELADORA CATERPILLAR CAT 120K ANO 2014	un	2,00	254,10	508,20
270	FILTRO DO AR 2° 2456376, MOTONIVELADORA CATERPILLAR CAT 120K ANO 2014	un	2,00	108,50	217,00
271	FILTRO AR CONDICIONADO 7T7358, MOTONIVELADORA CATERPILLAR CAT 120K ANO 2014	un	2,00	275,00	550,00
272	FILTRO AR CONDICIONADO 2321732, MOTONIVELADORA CATERPILLAR CAT 120K ANO 2014	un	2,00	154,77	309,54
273	FILTRO OLEO 7W2326, RETROESCAVADEIRA CATERPILAR 416E ANO 2014	un	2,00	38,92	77,84
274	FILTRO COMBUSTIVEL 1561200, RETROESCAVADEIRA CATERPILAR 416E ANO 2014	un	2,00	69,00	138,00
275	FILTRO COMB. SEPARADOR 3619554, RETROESCAVADEIRA CATERPILAR 416E ANO 2014	un	2,00	291,00	582,00

276	FILTRO TRANSMISSAO 1194740, RETROESCAVADEIRA CATERPILAR 416E ANO 2014	un	2,00	147,00	294,00
277	FILTRO HIDRAULICO 3621163, RETROESCAVADEIRA CATERPILAR 416E ANO 2014	un	2,00	394,00	788,00
278	FILTRO AR 1° 2934053, RETROESCAVADEIRA CATERPILAR 416E ANO 2014	un	2,00	197,00	394,00
279	FILTRO AR 2° 2277449, RETROESCAVADEIRA CATERPILAR 416E ANO 2014	un	2,00	70,42	140,84
280	FILTRO DE ÓLEO PSL 962, ONIBUS VW/15.190 ANO 2011	un	2,00	38,08	76,16
281	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 353, ONIBUS VW/15.190 ANO 2011	un	2,00	67,06	134,12
282	FILTRO COMB. SEPARADOR PSD 530/1, ONIBUS VW/15.190 ANO 2011	un	2,00	48,44	96,88
283	FILTRO DO AR ARS 9893, ONIBUS VW/15.190 ANO 2011	un	2,00	97,30	194,60
284	FILTRO DE OLEO PSL 280, ONIBUS VW/15.190, ANO 12/13	un	2,00	42,70	85,40
285	FILTRO COMBUSTIVEL PEC 3014, ONIBUS VW/15.190, ANO 12/13	un	2,00	85,00	170,00
286	FILTRO COMB. SEPARADOR, PSD 530/1, ONIBUS VW/15.190, ANO 12/13	un	2,00	44,24	88,48
287	FILTRO DO AR ARS 9893, ONIBUS VW/15.190, ANO 12/13	un	2,00	97,86	195,72
288	FILTRO DE ÓLEO, ONIBUS VW 8-160 NEOBUS TH ANO 20/21	un	2,00	62,44	124,88
289	FILTRO COMBUSTIVEL, ONIBUS VW 8-160 NEOBUS TH ANO 20/21	un	2,00	129,92	259,84
290	FILTRO COMB. SEPARADOR, ONIBUS VW 8-160 NEOBUS TH ANO 20/21	un	2,00	144,90	289,80
291	FILTRO DO AR, ONIBUS VW 8-160 NEOBUS TH ANO 20/21	un	2,00	81,97	163,94
292	FILTRO OLEO PSL 55, FIAT UNO VIVACE 1.0 ANO 2015	un	2,00	14,00	28,00
293	FILTRO COMBUSTIVEL GI04/7, FIAT UNO VIVACE 1.0 ANO 2015	un	2,00	11,90	23,80
294	FILTRO DE AR ARL 4152, FIAT UNO VIVACE 1.0 ANO 2015	un	2,00	23,80	47,60
295	FILTRO OLEO PSL 55, FIAT PALIO FIRE 1.0 ANO 14/15	un	2,00	14,00	28,00
296	FILTRO DO COMBUSTIVEL GI04/7, FIAT PALIO FIRE 1.0 ANO 14/15	un	2,00	11,90	23,80
297	FILTRO DO AR ARL 4152, FIAT PALIO FIRE 1.0 ANO 14/15	un	2,00	23,80	47,60
298	FILTRO OLEO PSL 55, FIAT SIENA 1.4 ANO 2021	un	2,00	14,00	28,00
299	FILTRO DO COMBUSTIVEL GI04/7, FIAT SIENA 1.4 ANO 2021	un	2,00	11,90	23,80
300	FILTRO DO AR ARL 4152, FIAT SIENA 1.4 ANO 2021	un	2,00	23,80	47,60
301	FILTRO DO AR CONDICIONADO ACP 906, FIAT SIENA 1.4 ANO 2021	un	2,00	13,86	27,72
302	FILTRO OLEO TM1, FORD KA SEDAN ANO 18/19	un	2,00	16,10	32,20
303	FILTRO DO COMBUSTIVEL GI04/7, FORD KA SEDAN ANO 18/19	un	2,00	11,90	23,80
304	FILTRO DO AR ART 9614, FORD KA SEDAN ANO 18/19	un	2,00	39,00	78,00
306	FILTRO DO AR CONDICIONADO ACP 205, FORD KA SEDAN ANO 18/19	un	2,00	14,70	29,40
307	FILTRO OLEO PSL 545, VW/GOL1.6L MB5 ANO 2019	un	4,00	21,98	87,92

308	FILTRO DO COMBUSTIVEL GIO4/7 VW/GOL1.6L MB5 ANO 2019	un	4,00	11,90	47,60
309	FILTRO DO AR ART 6098, VW/GOL1.6L MB5 ANO 2019	un	4,00	22,26	89,04
310	FILTRO DO AR CONDICIONADO ACP 303, VW/GOL1.6L MB5 ANO 2019	un	4,00	14,70	58,80
311	FILTRO OLEO PSL 560, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2018	un	2,00	16,52	33,04
312	FILTRO DO COMBUSTIVEL GI50/7, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2018	un	2,00	13,02	26,04
313	FILTRO DO AR ART 6098, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2018	un	2,00	22,26	44,52
314	FILTRO DO AR CONDICIONADO ACP 303, VW/GOL 1.6L MB5 ANO 2018	un	2,00	14,70	29,40
315	FILTRO OLEO PEL 108, CITROEN/AIRCROSS ANO 16/17	un	2,00	20,86	41,72
316	FILTRO DO COMBUSTIVEL GI50/7, CITROEN/AIRCROSS ANO 16/17	un	2,00	13,02	26,04
317	FILTRO DO AR ARL 5053, CITROEN/AIRCROSS ANO 16/17	un	2,00	30,10	60,20
318	FILTRO DO AR CONDICIONADO ACP 809, CITROEN/AIRCROSS ANO 16/17	un	2,00	21,28	42,56
Lote 06: ADITIVOS E OLEOS LUBRIFICANTES E HIDRAULICOS				**Preço Total do Lote:**	**294.093,95**
Item	**Especificação**	**Unid.**	**Quantidade**	**Preço Unit. Máximo**	**Preço Total**
319	OLEO HIDRAULICO ISO VG 68 20L	gl	50,00	342,00	17100,00
320	OLEO HIDRAULICO ISO VG 46 20L	gl	50,00	470,00	23500,00
321	OLEO HIDRAULICO SAE 10W 20L	gl	50,00	520,00	26000,00
322	OLEO HIDRAULICO TO 4 SAE 30 20L	gl	40,00	648,00	25920,00
323	OLEO HIDRAULICO TO 4 SAE 50 20L	gl	15,00	648,00	9720,00
324	OLEO HIDRAULICO TO 30 20L	gl	25,00	622,00	15550,00
326	OLEO HIDRAULICO ATF 1L	l	75,00	31,08	2331,00
327	OLEO LUBRIFICANTE 10W40 SINTETICO 20L	gl	60,00	650,00	39000,00
328	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 MINERAL 20L	gl	100,00	490,00	49000,00
329	OLEO LUBIFICANTE 85W140 20L	gl	50,00	620,00	31000,00
330	OLEO LUBRIFICANTE ISO VG 150 20L	gl	15,00	590,00	8850,00
331	OLEO LUBRIFICANTE 80W 20LT	gl	15,00	580,00	8700,00
332	OLEO LUBRIFICANTE 90W 20LT	gl	15,00	580,00	8700,00
333	OLEO LUBRIFICANTE MTF 10W30 20LT	gl	10,00	576,03	5760,30
334	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 SEMISINTETICO P/ MOTOR GASOLINA 1LT	l	120,00	32,92	3950,40
335	OLEO LUBRIFICANTE 5W30 SINTETICO P/ MOTOR GASOLINA 1LT	l	100,00	37,27	3727,00
336	FLUIDO DE FREIO 500ML	ml	25,00	21,21	530,25
337	ADITIVO PARA RADIADOR 1LT	l	250,00	27,86	6965,00
338	GRAXA MP2 TAMBOR COM 170 KG	tam	2,00	3.895,00	7790,00
Lote 07: BATERIAS E LAMPADAS				**Preço Total do Lote:**	**41.457,00**
Item	**Especificação**	**Unid.**	**Quantidade**	**Preço Unit. Máximo**	**Preço Total**
339	BATERIA 60A	un	25,00	295,00	7375,00
340	BATERIA 100A	un	15,00	479,00	7185,00
341	BATERIA 150A	un	30,00	685,00	20550,00
342	LAMPADA H1 12 V	un	100,00	5,00	500,00
343	LAMPADA H1 24 V	un	100,00	5,00	500,00
344	LAMPADA 1 POLO 12 V	un	100,00	4,13	413,00

345	LAMPADA 1 POLO 24 V	un	100,00	2,73	273,00
346	LAMPADA 2 POLO 12 V	un	100,00	4,13	413,00
347	LAMPADA 2 POLO 24 V	un	100,00	4,13	413,00
348	LAMPADA H4 12 V	un	100,00	11,83	1183,00
349	LAMPADA H4 24 V	un	100,00	19,32	1932,00
350	FAROL DE MILHA LED 12/24V - 27W	un	15,00	48,00	720,00
Lote 08: DETERGENTES				**Preço Total do Lote:**	**12.750,00**
Item	**Especificação**	**Unid.**	**Quantidade**	**Preço Unit. Máximo**	**Preço Total**
351	DESINCRUSTANTE ACIDO (INTERCAP) C/ 50LTS	un	75,00	80,00	6000,00
352	DESINGRAXANTE CONCENTRADO (SODA) C/ 50 LTS	un	75,00	90,00	6750,00

Valor total da proposta (por extenso): R$ _____ (_____).

Obs. 1: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Obs. 2: A empresa está ciente que, no caso de ser vencedora, o Sistema Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo das quantidades indicadas nesta proposta, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades (Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 16).

Obs. 3: Declaramos que os itens ofertados atendem à todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 (sessenta) dias da data limite para a entrega dos envelopes.

(LOCAL), (DATA).

_____

(nome completo do representante ou proprietário da empresa + nº do CPF)
(assinatura)

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 52/2022

MODELO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA REGISTRO DE PREÇOS N /2022.

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: __/__/____.

Aos _____ dias do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e um, o **MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC**, inscrito no CNPJ: 83.021.865/0001-61, com sede à Rua Duque de Caxias, 165, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal n. 8.666/1993, Lei Federal n. 10.520/2002 (Pregão), Decreto Municipal n. 305/2005 (Pregão), Lei Complementar Federal n. 123/2006 (ME EPP), Decreto Municipal n. 210/2009 (SRP) e Decreto Federal n. 7.892/2013 (SRP) e demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.52/2022, RESOLVE** registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, LUBRIFICANTES, DETERGENTES, LÂMPADAS, FILTROS E BATERIAS PARA MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS AUTOMOTORES DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE QUILOMBO-SC,** conforme especificações e quantitativos estimados no ANEXO VI do edital do **Pregão Presencial para Registro de Preço n.52/2022**, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

1.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal n. 8.666/93 (Decreto Federal n. 7.892/2013, art. 12, § 1º).

1.3. O Sistema Registro de Preços não obriga a compra de qualquer quantidade indicada no ANEXO VI, podendo a Administração Pública Municipal promover a aquisição de acordo com suas necessidades, conforme § 4º do art. 15 da Lei Federal n. 8.666/93[17] e art. 16 do Decreto Federal n. 7.892/2011[18].

[17] Lei Federal n. 8.666/93, Art. 15, § 4º: *A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.*

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente ata terá **validade** de ___/___/____ até ___/___/____ (12 meses).

3. DA PUBLICIDADE

3.1. A Ata de Registro de Preços e suas alterações, se houver, serão publicadas no órgão oficial de divulgação.

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento da presente ata será realizado pelo Departamento de Licitações e Contratos – DLC, sendo necessária autorização do Prefeito Municipal para todo e qualquer ato, sob pena de nulidade (Lei Federal n. 8.666/93, art. 58, III c/c art. 67).

4.2. Cabe ao órgão gerenciador o disposto no art. 5º do Decreto Federal n. 7.892/2013.

5. RELATÓRIO "QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS"

5.1. As especificações do produto, quantidades, fornecedores selecionados, os preços registrados e a classificação da presente ata, encontram-se no relatório **"Quadro Comparativo de Preços"** anexo integrante desta **Ata de Registro de Preços n. /2022.**

6. DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal n. 8.666/93 (Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 17).

6.2.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado (Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 18, *caput*).

6.2.1.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade (Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 18, § 1º).

---

[18] Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 16: *A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.*

6.2.1.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original (Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 18, § 2º).

6.2.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá (Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 19):

- **a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- **b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.2.2.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa (Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 19, parágrafo único).

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

7.1. O registro do fornecedor será cancelado quando (Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 20):

- **a)** Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- **b)** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- **c)** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- **d)** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei Federal n. 10.520, de 2002.

7.1.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas letras “a”, “b” e “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa (Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 20, parágrafo único).

7.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados (Decreto Federal n. 7.892/2011, art. 21):

- **a)** Por razão de interesse público; ou
- **b)** A pedido do fornecedor.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. No caso de descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas nesta ata, poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, e observado o devido processo legal, ser aplicado ao fornecedor registrado as seguintes sanções administrativas (analogia aos art. 86 a 88 da Lei Federal n. 8.666/93):

a) O atraso injustificado na execução de qualquer obrigação sujeitará o fornecedor registrado à multa de mora de 10%.

a.1) A multa não impede que a Administração cancele o registro unilateralmente e aplique outras sanções.

b) Pela inexecução total ou parcial da ata a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao fornecedor registrado as seguintes sanções:

i) Advertência;

ii) Multa de 10%;

iii) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

iv) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Quilombo, que será concedida sempre que o fornecedor registrado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

b.2) As sanções previstas em "i", "iii" e "iv" poderão ser aplicadas juntamente com a prevista em "ii", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

b.3) A sanção estabelecida em "iv" é de competência exclusiva do Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

c) As sanções previstas em "iii" e "iv" poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão das obrigações firmadas nessa ata:

i) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

ii) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

iii) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9. DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

9.1. As despesas decorrentes do presente processo correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cujas fontes de recursos serão indicadas quando da emissão do termo de contrato ou outro termo equivalente.

10. CONTRATO ADMINISTRATIVO

10.1. O contrato administrativo será confeccionado de acordo com a necessidade da secretaria requisitante da licitação, sendo regulado pela Lei Federal n. 8.666/93 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado (Lei Federal n. 8.666/93, art. 54).

10.2. Conforme art. 62 da Lei Federal n. 8.666/93, o instrumento de contrato é facultativo no caso de pregão, **podendo ser substituído, a critério da Administração e independentemente de seu valor, por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço**.

10.3. O termo de contrato ou outro termo equivalente seguirá o regramento disposto na legislação e no edital com seus anexos.

11. ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. A entrega/execução do objeto licitado deverá ser efetivada após solicitação pelo Município de Quilombo, **na Secretaria dos Transportes e Obras do Município,** observadas as seguintes condições:

- **a)** O contrato ou outro instrumento hábil deverá ser cumprido num prazo máximo de **até 05 (cinco) dias**, após o recebimento da Autorização de Fornecimento – AF;
- **b)** Assegurar livre acesso aos locais dos serviços e tudo facilitar para que a fiscalização possa exercer integralmente a sua função;
- **c)** Apresentar durante a realização dos serviços, sempre que for solicitada, regularidade fiscal com todos os tributos e taxas a eles atribuídos.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado pelo **CONTRATANTE** em até 30 dias após a entrega do objeto licitado, através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, **condicionado à apresentação de**:

- **a)** Nota fiscal eletrônica, de acordo com o Decreto Estadual n. 413/2011 de 03/08/2011, do Governo do Estado de Santa Catarina, devidamente recebida e aceita pelo **CONTRATANTE**,
- **b)** Certidões relativas à regularidade fiscal e trabalhista (Lei Federal n. 8.666/93, art. 29), válidas no momento do pagamento.

12.1.1. A nota fiscal/fatura será emitida pelo **CONTRATADO** constando as seguintes informações:

- **c)** Processo Licitatório n. **52/2022** – Pregão Presencial n. **52/2022.**
- **d)** Dados bancários do **CONTRATADO**.

12.2. Sobre o valor pago ao **CONTRATADO**, a título de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN será retido da seguinte forma:

- **a)** Para empresas optantes pelo Simples Nacional, conforme Lei Federal n. 123/2003;
- **b)** Para empresas não optante pelo Simples Nacional, conforme Lei Municipal n. 125/2017.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Integram a presente ata o edital do **Pregão Presencial para Registro de Preços n. 52/2022**.

13.2. O fornecimento e a veracidade dos dados são de inteira responsabilidade das licitantes.

13.3. Os casos omissos serão dirimidos pela legislação regedora, em especial Decreto Municipal n. 210/2009 (SRP) e Decreto Federal n. 7.892/2013 (SRP), e demais normas legais aplicáveis.

14. DO FORO

14.1. As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Quilombo/SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Empresa(s):

_____

_____

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 52/2022

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. ___/____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E A EMPRESA _____ NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N. 8.666/1993, LEI FEDERAL N. 10.520/2002 (PREGÃO), DECRETO MUNICIPAL N. 305/2005 (PREGÃO), LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N. 123/2006 (ME EPP), DECRETO MUNICIPAL N. 210/2009 (SRP), DECRETO FEDERAL N. 7.892/2013 (SRP) E DEMAIS NORMAS VIGENTES.

O **MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC**, inscrito no CNPJ: 83.021.865/0001-61, com sede à Rua Duque de Caxias, 165, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000, doravante denominado de **CONTRATANTE** e do outro lado ....., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ ....., com sede em (ENDEREÇO COMPLETO), representada neste ato por ....., (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), inscrito(a) no RG ..... e no CPF ....., residente e domiciliado em (ENDEREÇO COMPLETO), denominada de **CONTRATADA**, em decorrência do **Processo de Licitação PREGÃO PRESENCIAL N. 52/2022**, homologado ___/___/___, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Federal n. 8.666/1993, Lei Federal n. 10.520/2002 (Pregão), Decreto Municipal n. 305/2005 (Pregão), Lei Complementar Federal n. 123/2006 (ME EPP), Decreto Municipal n. 210/2009 (SRP), Decreto Federal n. 7.892/2013 (SRP), edital e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, LUBRIFICANTES, DETERGENTES, LÂMPADAS, FILTROS E BATERIAS PARA MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS AUTOMOTORES DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE QUILOMBO-SC,** conforme ANEXO VI do edital do **Processo Licitatório Pregão Presencial n. 52/2022**, que passa fazer parte, para todos os efeitos, deste contrato:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

2.1. O **CONTRATADO**, a quem foi adjudicado o objeto do **Processo Licitatório Pregão Presencial para Registro de Preços n. 52/2022**, ao comparecer para assinatura do contrato entrega comprovantes

válidos de sua regularidade fiscal e trabalhista (Lei Federal n. 8.666/93, art. 29), os quais estão anexados neste instrumento (Lei Federal n. 8.666/93, art. 55, XIII).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1. A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** pelo serviço objeto do edital o preço de R$ _____ (_____).

3.2. Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da **CONTRATADA** eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

3.3. Não haverá atualização/revisão/reajuste dos preços, salvo o que dispõe a Lei Federal n. 8.666/1993 e demais legislação pertinente.

3.4. Em caso de atualização/revisão/reajuste dos preços, será feito com base na média da variação acumulada do IGP-M da FGV e INPC/IBGE, observado o disposto no item anterior.
3.4.1. Prevalecerá legislação específica acerca de outro índice, se aplicável à esta licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DO CONTRATO E DA ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo do contrato será de ___/___/_____ a ___/___/_____.
4.1.1. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento (Lei Federal n. 8.666/93, art. 110, *caput*).
4.1.2. Só se iniciam e vencem os prazos referidos em dia de expediente do **CONTRATANTE** (Lei Federal n. 8.666/93, art. 110, p.ú.).
4.1.3. Os prazos poderão ser alterados de acordo com o **CONTRATANTE**, com estrita observância ao estabelecido na Lei Federal n. 8.666/93.

6.1. A entrega/execução do objeto licitado deverá ser efetivada conforme solicitado pelo Município de Quilombo, observadas as seguintes condições:

- **a)** O contrato ou outro instrumento hábil deverá ser cumprido de acordo com o calendário de competições realizado pelo Departamento Municipal de Esportes;
- **b)** Assegurar livre acesso aos locais dos serviços e tudo facilitar para que a fiscalização possa exercer integralmente a sua função;
- **c)** Apresentar durante a realização dos serviços, sempre que for solicitada, regularidade fiscal com todos os tributos e taxas a eles atribuídos.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo representante da **Secretaria de** Transportes e Obras o Servidor Municipal Adilson Hanauer, especialmente designado.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

a) QUANTO À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

i) Provisoriamente (Lei Federal n. 8.666/93, art. 73, I, "a"): pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de até 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita do contratado.

ii) Definitivamente (Lei Federal n. 8.666/93, art. 73, I, "b"): por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei Federal n. 8.666/93.

b.1) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (Lei Federal n. 8.666/93, art. 73, § 2º).

b.2) O prazo referente em "ii" da letra "b" não poderá ser superior a 90 (noventa) dias (Lei Federal n. 8.666/93, art. 73, § 3º).

b.3) Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere a letra "b" não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos (Lei Federal n. 8.666/93, art. 73, § 3º).

b.4) Poderá ser dispensado o recebimento provisório desde que o objeto não se componha de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade (Lei Federal n. 8.666/93, art. 74, III).
b.4.1) Sendo dispensado o recebimento provisório nos termos de "i" da letra "b", o recebimento será feito mediante recibo (Lei Federal n. 8.666/93, art. 74, parágrafo único).

b.5) Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado (Lei Federal n. 8.666/93, art. 75).

b.6) A Administração rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato (Lei Federal n. 8.666/93, art. 76).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado pelo **CONTRATANTE** em até 30 dias após a entrega do objeto licitado, através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, **condicionado à apresentação de**:

c) Nota fiscal, de acordo com o Decreto Estadual n. 413/2011 de 03/08/2011, do Governo do Estado de Santa Catarina, devidamente recebida e aceita pelo **CONTRATANTE**;

d) Certidões relativas à regularidade fiscal e trabalhista (Lei Federal n. 8.666/93, art. 29), válidas no momento do pagamento.

7.1.1. A nota fiscal será emitida pelo **CONTRATADO** constando as seguintes informações:

a) Processo Licitatório n. **52/2022** – Pregão Presencial n. **52/2022**

b) Dados bancários do **CONTRATADO**.

7.2. Sobre o valor pago ao **CONTRATADO**, a título de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN será retido da seguinte forma:

c) Para empresas optantes pelo Simples Nacional, conforme Lei Federal n. 123/2003;

d) Para empresas não optante pelo Simples Nacional, conforme Lei Municipal n. 125/2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA FONTE DO RECURSO

8.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cujas fontes de recursos tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário	Valor Bloqueado
XXXXX	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	XXXXXXXXX	R$ xxxxxxx

CLÁUSULA NONA – DEVERES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

9.1. São deveres do **CONTRATANTE** e do **CONTRATADO**:

a) Contratante:

i) Fiscalizar permanentemente o objeto contratado;

ii) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

iii) Intervir na execução do objeto, nos casos e condições previstos em lei;

iv) Zelar pela boa qualidade do objeto.

b) Contratado:

i) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (Lei Federal n. 10.520/2002 c/c Lei Federal n. 8.666/93, art. 69);

ii) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato (Lei Federal n. 10.520/2002 c/c Lei Federal n. 8.666/93, art. 70);

iii) Responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei Federal n. 10.520/2002 c/c Lei Federal n. 8.666/93, art. 71, caput);

iv) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições exigidas no edital;

v) Apresentar demais documentos exigidos pela fiscalização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos (Lei Federal n. 8.666/93, art. 65 e ss):

a) Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a.1) Quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

a.2) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites previstos na Lei Federal n. 8.666/93.

b) Por acordo das partes:

b.1) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b.2) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b.3) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

b.4) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10.2. O **CONTRATADO** fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos (Lei Federal n. 8.666/93, art. 65, § 1º).

10.2.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes (Lei Federal n. 8.666/93, art. 65, § 2º).

10.2.2. Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no § 1º deste artigo (Lei Federal n. 8.666/93, art. 65, § 3º).

10.2.3. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o **CONTRATADO** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por

outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados (Lei Federal n. 8.666/93, art. 65, § 4º).
10.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei Federal n. 8.666/93, art. 65, § 5º).

10.4. Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do **CONTRATADO**, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial (Lei Federal n. 8.666/93, art. 65, § 6º).

10.5. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento (Lei Federal n. 8.666/93, art. 65, § 8º).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento (Lei Federal n. 8.666/93, art. 77), sempre com observância ao Capítulo III, Seção V da Lei Federal n. 8.666/93.
11.1.1. A rescisão será feita mediante notificação, entregue (i) pessoalmente e/ou (ii) por via digital e/ou (iii) por via postal, com prova de recebimento.

11.2. Constituem motivo para rescisão do contrato (Lei Federal n. 8.666/93, art. 78):

- **a)** O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- **b)** O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- **c)** A lentidão do seu cumprimento, levando o **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- **d)** O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- **e)** A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- **f)** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- **g)** O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- **h)** O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- **i)** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- **j)** A dissolução da sociedade ou o falecimento do **CONTRATADO**;
- **k)** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

m) A supressão, por parte do **CONTRATANTE**, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal n. 8.666/93;

n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita do **CONTRATANTE**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao **CONTRATADO**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) A não liberação, por parte do **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal n. 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (Lei Federal n. 8.666/93, art. 78, p. ú.).

11.3. A rescisão do contrato poderá ser (Lei Federal n. 8.666/93, art. 79):

a) Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nas alíneas “a” a “l” e “q” do item anterior;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;

c) Judicial, nos termos da legislação.

11.3.1. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada do **CONTRATANTE** (Lei Federal n. 8.666/93, art. 79, § 1º).

11.3.2. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas “l” a “q” do item anterior, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a (Lei Federal n. 8.666/93, art. 79, § 2º):

a) Devolução de garantia;

b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

c) Pagamento do custo da desmobilização.

11.3.3. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo (Lei Federal n. 8.666/93, art. 79, § 5º).

11.4. A rescisão de que trata a alínea "a" do item 11.3 acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n. 8.666/93 (Lei Federal n. 8.666/93, art. 80):

a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;

b) Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei Federal n. 8.666/93;

c) Execução da garantia contratual, para ressarcimento do **CONTRATANTE**, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

11.4.1. A aplicação das medidas previstas nas alíneas "a" e "b" deste item fica a critério do **CONTRATANTE**, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta (Lei Federal n. 8.666/93, art. 80, § 1º).

11.4.2. É permitido ao **CONTRATANTE**, no caso de concordata do **CONTRATADO**, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais (Lei Federal n. 8.666/93, art. 80, § 2º).

11.4.3. Na hipótese da alínea "b" deste item, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Secretário Municipal (Lei Federal n. 8.666/93, art. 80, § 3º).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Nos termos da Lei Federal n. 8.666/93:

a) Lei Federal n. 8.666/93, <u>art. 86</u>: O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora de 10% (dez por cento) sobre o montante faltante da proposta no caso de inexecução contratual.

a.1) A multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Federal n. 8.666/93 (Lei Federal n. 8.666/93, art. 86, § 1º).

a.2) A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado (Lei Federal n. 8.666/93, art. 86, § 2º).

a.3) Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente (Lei Federal n. 8.666/93, art. 86, § 3º).

b) Lei Federal n. 8.666/93, <u>art. 87</u>: Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

i) Advertência;

ii) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

iii) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

iv) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Quilombo, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

b.1) Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente (Lei Federal n. 8.666/93, art. 87, § 1º).
b.2) As sanções previstas em "i", "iii" e "iv" poderão ser aplicadas juntamente com a prevista em "ii", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (Lei Federal n. 8.666/93, art. 87, § 2º).
b.3) A sanção estabelecida na alínea "iv" é de competência exclusiva do Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação (Lei Federal n. 8.666/93, art. 87, § 3º).

c) Lei Federal n. 8.666/93, art. 88: As sanções previstas em "iii" e "iv" poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos derivados deste certame:

i) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
ii) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
iii) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Conforme art. 109 da Lei 8.666/93, cabe:

a) Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, nos casos de:
a.1) Anulação ou revogação da licitação;
a.2) Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei Federal n. 8.666/93;
a.3) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;
b) Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;
c) Pedido de reconsideração, de decisão de Secretário Municipal, na hipótese do § 4º do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

13.2. Pode o **CONTRATANTE**, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva (Lei Federal n. 8.666/93, art. 109, § 2º).
13.3. É assegurada vista e cópia dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.4. As razões de recurso e as contrarrazões deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, ou enviadas para o e-mail oficial licitacoes@quilombo.sc.gov.br, nesse caso considerando-se como protocolo a data do envio do e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o **CONTRATANTE**, para a execução do serviço objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da **CONTRATADA**.
14.2. O Município de Quilombo e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da ANPD;

c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do Município de Quilombo, responsabilizando-se a Contratada pela obtenção e gestão.

c.1) eventualmente, podem as partes convencionar que o Município de Quilombo será responsável por obter o consentimento dos titulares;

d) quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

d.1) quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

14.3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As Partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 ("**LGPD**").

14.4. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da **CONTRATANTE**, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

14.5. No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela **CONTRATADA**, aplicam-se as regras previstas no **Decreto Municipal nº 131/2022**, que regulamenta a LGPD.

14.6. A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao **CONTRATANTE**, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

14.7. A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

14.8. Zelará pelo cumprimento das medidas de segurança;

14.9. A **CONTRATADA** deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a **CONTRATADA** e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

14.10. A **CONTRATADA** deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da **CONTRATANTE,** assinaram Acordo de Confidencialidade com a **CONTRATADA.**
14.10.1. Ainda a **CONTRATADA** treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do Município de Quilombo.

14.11. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo;

14.12. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de Dados Pessoais da outra Parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

10.13. O Encarregado da **CONTRATADA** manterá contato formal com o Encarregado do Município de Quilombo, e fica obrigado a notificar ao **CONTRATANTE** no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD, devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

14.14. A critério do Encarregado de Dados do Município de Quilombo, a **CONTRATADA** poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

14.15. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo Município de Quilombo, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.
14.15.1. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas Partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

14.16. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.
14.16.1. A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade

imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

14.17. Integram o presente contrato e o Edital do **Pregão Presencial para Registro de Preços n. 52/2022**.

14.18. O **CONTRATANTE** poderá revogar a licitação por razões de interesse público ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros (Lei Federal n. 8.666/93, art. 49, *caput*).
14.18.1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar (Lei Federal n. 8.666/93, art. 49, § 1º).
14.18.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato (Lei Federal n. 8.666/93, art. 49, § 2º).
14.18.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa (Lei Federal n. 8.666/93, art. 49, § 3º).

14.19. O fornecimento e a veracidade dos dados são de inteira responsabilidade do **CONTRATADO**.

14.20. Os casos omissos serão dirimidos pela legislação regedora, em especial Lei Federal n. 8.666/1993, Lei Federal n. 10.520/2002 (Pregão), Decreto Municipal n. 305/2005 (Pregão), Lei Complementar Federal n. 123/2006 (ME EPP), Decreto Municipal n. 210/2009 (SRP), Decreto Federal n. 7.892/2013 (SRP), edital e às seguintes cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As controvérsias decorrentes deste contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Quilombo/SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Quilombo/SC, ____ de _____ de 2022.

_____	_____
CONTRATANTE	**CONTRATADO**

Testemunhas:

_____	_____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.:	____/2022
Contratante:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratado (Nome):	
CNPJ do Contratado:	
Objeto:	**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, LUBRIFICANTES, DETERGENTES, LÂMPADAS, FILTROS E BATERIAS PARA MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS AUTOMOTORES DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE QUILOMBO-SC.**
Valor:	R$ ( )
Vigência:	___/___/____ a ___/___/____
Licitação:	PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 52/2022
Recursos:	

QUILOMBO, de de 2022.

CONTRATANTE

ANEXO IX

Instrumento Particular de Confidencialidade e Outras Avenças

Por este instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC**, inscrito no CNPJ 83.021.865/0001-61, com sede à Rua Duque de Caxias, 165, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000 ("Parte Reveladora") e, de outro lado, a empresa .....(**Empresa licitante)**, inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede ....., neste ato representada pelo seu representante legal. ..... CPF .....XXXXX.....("Parte Receptora"), resolvem, em comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o **Instrumento Particular de Confidencialidade e Outras Avenças**, mediante as cláusulas e condições que seguem:

Cláusula 1ª - Do Objeto

1.1 É objeto deste instrumento a manutenção do mais absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação relacionada ao Processo Licitatório **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2022**, que a Parte Receptora vier a ter acesso em decorrência da execução do objeto do presente certame.

Cláusula 2ª - Das Informações Confidenciais

2.1 Para todos os efeitos deste instrumento, serão consideradas confidenciais, todas as informações relacionadas ao Processo Licitatório **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2022,** a que a Parte Receptora vier a ter acesso em decorrência da execução do objeto do presente certame à Parte Reveladora.

2.1.1 Serão, ainda, consideradas Informações Confidenciais todas as informações que assim forem identificadas pelo **Município de Quilombo**, Parte Reveladora, pelas legislações aplicáveis (inclusive a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados "LGPD") ou que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação devam ser consideradas confidenciais ou de propriedade da Parte Reveladora.

2.2 A revelação das Informações Confidenciais não representa a concessão de qualquer tipo de licença explícita ou de qualquer outra natureza, nem de direitos de qualquer espécie para a Parte Receptora.

2.3 A Parte Receptora se compromete a:

(i) utilizar as Informações Confidenciais com o propósito restrito de desempenhar suas atividades junto à Parte Reveladora;
(ii) não utilizar tais informações em seu próprio benefício e/ou para qualquer propósito que não aquele para o qual foram reveladas, abstendo-se de divulgar, publicar, fazer circular, produzir cópia ou efetuar *backup*, por qualquer meio ou forma, de qualquer documento ou informação confidencial;

(iii) zelar para que referidas informações não sejam divulgadas ou reveladas a terceiros, utilizando-se, no mínimo do mesmo zelo e cuidado que dispensa às suas próprias Informações Confidenciais;
(iv) a não revelar as Informações Confidenciais a quaisquer terceiros, salvo mediante prévia e expressa autorização da Parte Reveladora. Ainda, em caso de revelação das informações, a Parte Receptora se compromete, desde já, a repassar todas as obrigações descritas neste instrumento aos que vierem a ter acesso a tais informações, responsabilizando-se por eventuais descumprimentos; e,
(v) informar imediatamente à Parte Reveladora qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido ou que venha a ocorrer por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

2.4 As obrigações estabelecidas neste instrumento não serão aplicáveis a quaisquer Informações Confidenciais que, **(i)** anteriormente ao seu recebimento pela Parte Receptora tenham tornado-se públicas ou chegado ao poder da Parte Receptora por uma fonte que não a Parte Reveladora; ou, **(ii)** após o recebimento pela Parte Receptora, tenham tornado-se públicas por qualquer meio que não como consequência de uma violação de sua obrigação aqui prevista.

Cláusula 3ª - Da Proteção de Dados

3.1 Serão aplicáveis a este instrumento, as “Leis Aplicáveis à Proteção de Dados” que significa todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais, especificamente, a LGPD, além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados.

3.2 A Parte Receptora declara-se ciente e concorda que poderá ter acesso, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pela Parte Reveladora e seus clientes (“dados protegidos”), exclusivamente para a prestação dos serviços.

3.3 As Partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da LGPD e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os dados protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.

3.4 A Parte Receptora somente poderá tratar dados pessoais conforme as instruções da Parte Reveladora, a fim de cumprir suas obrigações para a prestação dos serviços, jamais para qualquer outro propósito.

3.5 A Parte Receptora tratará os dados pessoais em nome da Parte Reveladora e de acordo com as instruções escritas fornecidas pela Parte Reveladora. Caso a Parte Receptora considere que não possui informações suficientes para o tratamento dos dados pessoais de acordo com este instrumento ou que uma instrução infrinja as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados, a Parte Receptora prontamente notificará a Parte Reveladora e aguardará novas instruções.

3.6 Se aplicável, a Parte Receptora se certificará que qualquer terceiro sob sua responsabilidade agirá de acordo com este instrumento, as Leis Aplicáveis à Proteção de

Dados e as instruções transmitidas pela Parte Reveladora. A Parte Receptora se certificará que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

3.7 Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados ou terceiro solicitar informações diretamente da Parte Receptora relativas ao tratamento de dados pessoais, a Parte Receptora submeterá esse pedido à apreciação da Parte Reveladora. A Parte Receptora não poderá, sem instruções prévias da Parte Reveladora, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro.

Cláusula 4ª - Das Disposições Gerais

4.1 Este instrumento poderá ser alterado somente mediante a celebração de Termo Aditivo.

4.2 A nulidade ou anulação de qualquer cláusula deste instrumento não implicará na nulidade ou anulação das demais cláusulas, que permanecerão em vigor, a menos que expressamente anuladas por decisão judicial.

4.3 O não exercício pelas partes de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstos neste instrumento ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações ora estabelecidas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independentemente de comunicação prévia à parte.

4.4 O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título e tempo.

4.5 A Parte Receptora declara que os serviços serão prestados de acordo com todas as legislações, princípios e normas aplicáveis, inclusive a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGDP).

4.6 Os efeitos deste instrumento retroagem à data que a Parte Receptora teve acesso à primeira informação confidencial relacionada à **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2022,** sendo que todas as obrigações aqui estabelecidas permanecerão válidas até que a Parte Reveladora autorize (por escrito) a revelação da informação confidencial, observado, ainda, o disposto nas legislações vigentes (inclusive a Lei nº 13.709/2018).

4.7 As partes declaram e reconhecem que são **Entidades** totalmente independentes entre si, de forma que nenhuma disposição deste instrumento poderá ser interpretada no sentido de criar qualquer vínculo empregatício entre as partes, bem como entre os empregados de uma parte e a outra parte.

4.8 Através deste instrumento, a Parte Receptora cede à Parte Reveladora todos os direitos patrimoniais de autor a ela pertencente, decorrentes dos serviços prestados.

4.9 A inobservância de qualquer uma das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a Parte Receptora ao pagamento ou ressarcimento, de todas as perdas e danos, materiais e morais, lucros cessantes, nos termos das legislações vigentes.

Cláusula 5ª - Do Foro

5.1 Fica eleito o Foro da Comarca de **Quilombo, Estado de Santa Catarina**, como único competente para dirimir as controvérsias resultantes deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Instrumento **Particular de Confidencialidade e Outras Avenças**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas, para que produza todos os efeitos.

_____, ___ de _____ de _____.

_____
.....
Responsável pelo Município de QUILOMBO

_____
.....
Razão Social da Licitante

Testemunhas:

1. _____
Nome:
CPF:

2._____
Nome:
CPF: